



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS-ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**MODERNIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TURISTICO E
EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO
ÂMBITO FEDERAL E NO ESTADO DE ALAGOAS: UMA
ANÁLISE DOCUMENTAL**

JACKSON JONAR SILVA SOUZA

MACEIÓ-AL

MAIO/2015

**MODERNIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TURISTICO, E
EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO
ÂMBITO FEDERAL E NO ESTADO DE ALAGOAS: UMA
ANÁLISE DOCUMENTAL**

**Programa de Pós-graduação em
Sociologia do Instituto de Ciências
Sociais sob a orientação do Prof. Dr.
Arim Soares do Bem.**

MACEIÓ

2015

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

S729m Souza, Jackson Jonar Silva.
Modernização, desenvolvimento turístico e exploração sexual de
crianças e adolescentes no âmbito federal e no estado de Alagoas: uma
análise documental / Jackson Jonar Silva Souza. - 2015.
88f. : il.

Orientador: Arim Soares do Bem.
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de
Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em
Sociologia. Maceió, 2015.

Bibliografia: f. 84-88.

1. Turismo - Alagoas. 2. Turismo sexual - Crianças. 5. Exploração
sexual. I. Título.

CDU: 316.74:338.48

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todos os seus benefícios, pois sem Ele tudo o que foi feito não poderia existir: minha determinação e vontade para concluir a obra que decorre de opções vitais. Agradeço também à minha mãe Terezinha e à minha querida companheira e amiga, Ana Paula Teixeira Lins, que participou ativamente de todo esse processo.

Agradeço aos professores do ICS que contribuíram para minha formação no âmbito científico/acadêmico e, em particular, ao Prof. Arim Soares do Bem, meu orientador, pelo apoio e compreensão e também pela responsabilidade assumida na orientação desse trabalho.

Esse projeto é um sonho realizado, e, no entanto nunca terá fim: é um projeto de vida.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é evidenciar os fatores que concorrem para a proliferação da exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado de Alagoas e em Maceió, tanto em relação aos aspectos ligados à modernização macroestrutural como em relação à modernização setorial no campo do desenvolvimento turístico e dar visibilidade aos silêncios institucionais que bloqueiam a formulação e execução de políticas públicas adequadas ao monitoramento e defesa desse segmento populacional. A investigação envolve análise histórica, pesquisa bibliográfica e análise documental de processos relacionados à modernização e seus impactos sobre o fenômeno do turismo sexual e da exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito federal e no Estado de Alagoas. A pesquisa identificou problemas e lacunas nos Programas de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur I e II e lacunas no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Alagoas com relação à elaboração de políticas públicas estruturantes para conter os efeitos negativos da modernização sobre segmentos vulneráveis da população, em especial crianças e adolescentes. Os resultados da pesquisa documental aqui apresentados restringem-se exclusivamente ao conteúdo formal dos documentos analisados.

Palavras-chave: Modernização macroestrutural - Modernização turística - exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado de Alagoas e em Maceió.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the factors that contribute to increase the sexual exploitation of children and adolescents in the state of Alagoas and Maceió, both in relation to aspects of macro-structural modernization as compared to the sector modernization in the field of tourism development, giving visibility to institutional silences that block the formulation and implementation of adequate public policies to the monitoring and defense of this population segment. The investigation involves historical analysis, bibliographic search and document analysis for understanding processes related to modernization and its impact on the phenomenon of sex tourism and sexual exploitation of children and adolescents at the federal level and in the State of Alagoas. The research identified problems and gaps in the Tourism Development Program in the Northeast - Prodetur I and II and gaps in the Strategic Plan for Tourism Development in the State of Alagoas for the formulation of structural policies to contain the negative effects of modernization on vulnerable segments of the population, especially children and adolescents. The results of the documentary research presented here are restricted exclusively to the formal content of the analyzed documents.

Keywords: Macro-structural modernization - Tourist Modernization - sexual exploitation of children and adolescents in the state of Alagoas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1: A MODERNIZAÇÃO MACROESTRUTURAL E SETORIAL BRASILEIRA	19
1. 1 As Teorias da Modernização	19
1. 2 Estrutura de Classes das Sociedades Modernas	23
1. 2.1 Lutas de classe.....	25
1. 2.2 A Divisão Social do Trabalho	28
1. 2.3 Desigualdade, Marginalização e Vulnerabilidade Social de Crianças e Adolescentes.....	31
CAPÍTULO 2: DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO BRASIL E NA REGIÃO NORDESTE	46
2. 1 A Modernização Turística	46
2. 2 O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE I e PRODETUR/NE II.....	48
2. 2.1 O PRODETUR I	48
2. 2.2 O PRODETUR II	50
2. 2.3 O PRODETUR ALAGOAS	51
2. 2.4 Limites e Carências dos Programas de Desenvolvimento do Turismo.....	53
2. 2.5 Investimento em Áreas de Suporte para o Turismo do Estado de Alagoas	55
CAPÍTULO 3: IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE, TURISMO SEXUAL E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS NO ESTADO DE ALAGOAS E EM MACEIÓ	58
3. 1 Impactos do Desenvolvimento do Turismo.....	58
3. 2 Desenvolvimento turístico e Turismo Sexual.....	59
3. 3 Modalidades de Prostituição e Diferenciação em Relação à Exploração Sexual	63
3. 4 Dados de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil, Maceió e Regiões Metropolitanas	66
3. 5 O Plano Nacional de Turismo	74
3. 6 Código Mundial de Ética do Turismo	76
3. 7 O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Alagoas	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

INTRODUÇÃO

O fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes não é fenômeno novo na história brasileira, porém somente nas últimas décadas a inserção sistemática de crianças e adolescentes no mercado do sexo passou a ser compreendida como problemática a ser enfrentada (SANTOS, 2004) a partir do agenciamento de políticas públicas em âmbito nacional. Tudo indica que as primeiras ações voltadas para o atendimento das crianças e dos adolescentes vítimas de violência sexual, maus-tratos e abuso físico no país foram realizadas pelos serviços de pediatria dos hospitais. Entretanto, somente na transição da década de 1970 para a década de 1980 e, de modo mais intenso, a partir dos anos 1990, foi que a sociedade brasileira começou a perceber o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes como um problema abrangente que deveria ser enfrentado de modo coordenado em todas as regiões do país.

Seguramente a visibilidade institucional da problemática resulta de um movimento internacional iniciado por uma série de organizações preocupadas em discutir globalmente os efeitos da reestruturação macroeconômica sobre políticas setoriais, principalmente no campo do desenvolvimento turístico, em sociedades ditas “periféricas” em processo de modernização. Os estudos desenvolvidos por Soares do Bem (2001) em três países asiáticos no início dos anos 1990 e, mais tarde, na região Nordeste do Brasil (2003), demonstram a estreita relação entre crises de modelos de acumulação, globalização, modernização e internacionalização do turismo, bem como os impactos desestruturantes desses fenômenos sobre comunidades receptoras tradicionais. Em virtude da enorme visibilidade adquirida pela inserção crescente de crianças e adolescentes na exploração sexual com ou sem fins comerciais em países asiáticos, principalmente a Tailândia, várias organizações iniciaram um processo de articulação internacional com vistas à discussão de estratégias para a formulação de políticas públicas de prevenção e combate ao problema, tendo se realizado em 1996 o I Congresso Internacional em Estocolmo (SOARES DO BEM, 2005). A partir de então, várias iniciativas vem sendo desenvolvidas, inclusive no Brasil, como o próprio autor demonstra em publicação recente, na qual reconstrói a gênese do fenômeno e do conceito de turismo sexual no Brasil, ao mesmo tempo em que evidencia os dilemas teóricos e práticos a serem enfrentados (SOARES DO BEM, 2015).

Com relação à região Nordeste do Brasil, Soares do Bem (2001a) reconstrói, desde o século XVIII, o movimento de deslocamento do polo econômico para outras regiões do país, abordando sobre o início do processo de consolidação de desequilíbrios regionais e demonstrando que somente

nos anos 1960 é que o Nordeste volta a demonstrar um desempenho positivo em sua economia, em virtude da expansão da economia nacional entre os anos 1955 e 1975 e da industrialização induzida pelos fundos públicos. Segundo Soares do Bem (2001a, p. 2), “esses dados revelam uma nova forma de funcionamento da economia brasileira, que passa, a partir desse período, a operar em bases mais amplas e a articular dinâmicas locais e regionais”.

O surgimento da crise intervencionista do Estado e o estabelecimento de políticas neoliberais no início dos anos 1990 interromperão, no entanto, esse processo e serão responsáveis por reiteradas crises na região Nordeste e em especial no Estado de Alagoas. Luiz Antonio Cabral, em seu livro “Plano de Desenvolvimento de Alagoas”, salienta que Alagoas viveu, desde a segunda metade dos anos 1980 e durante os anos 1990, a maior crise de sua história, com reflexos extremamente perversos nas áreas social, econômica, ambiental e político-institucional. Afirma que, ao lado de outros fatores, um dos importantes fatores está no processo de planejamento do Estado e que as raízes mais profundas da crise datam da época colonial, que tem como características o latifúndio, as relações de trabalho baseadas na escravidão, o modelo econômico agroexportador, centrado na monocultura da cana-de-açúcar e as relações sociais desenvolvidas a partir do coronelismo. Ainda hoje esses fatores se refletiriam na economia e sociedade alagoanas (CABRAL, 2005; CARVALHO, 1982). Diante da identificada crise, vários governos dos Estados do Nordeste buscaram, em meados dos anos 1990, alternativas econômicas para a região, destacando-se o turismo como setor privilegiado para dar continuidade aos esforços modernizadores. O desenvolvimento do turismo na região apresenta, no entanto, inúmeros problemas.

No período de vigência 2009-2010, ingressei no programa de iniciação científica (PIBIC), sob orientação do professor Arim Soares do Bem, com o projeto intitulado “Turismo Sexual, Prostituição e Exploração Sexual: Uma Abordagem Sociológica sobre Diferenciações Conceituais e Metodológicas entre Turismo Sexual e Prostituição”. Em nossa investigação sobre o tema, percebemos que no âmbito do turismo sexual, a prostituição tem sido marcada pela combinação de diferentes estratégias, tornando-se hegemônica a perspectiva do “enfrentamento”, que se tornou a palavra-chave de muitas ações, marcadas preponderantemente pelo predomínio de uma visão intervencionista pragmática, mas também a perspectiva abolicionista, visível principalmente no trabalho social de muitas Organizações Não-Governamentais que intentam reabilitar aqueles que se prostituem ou que estão enredados na prostituição enquanto explorados sexual e comercialmente. Esse quadro torna-se bastante problemático diante da pouca diferenciação teórica e conceitual que domina o espaço da discussão acerca da prostituição “tradicional” e da prostituição no âmbito do turismo sexual, bem como a exploração sexual infanto-juvenil. À apontada falta de clareza e de

diferenciação, relaciona-se também a falta de preparação de muitos profissionais que atuam no setor turístico, assim como o próprio abandono da temática por pensadores do campo das Ciências Sociais, atitude que relega a problemática ao campo pragmático e instrumental da administração e da economia (SOARES DO BEM, 2010). Soares do Bem, em seu livro “A Dialética do Turismo Sexual” (2005), faz uma série de recomendações, afirmando que os pesquisadores dessa atividade precisam dar um “salto de tigre” para abrir as portas do turismo para a criatividade e a civilidade. Aponta uma prioridade principal, que é a prioridade para a pesquisa, para que se desenvolvam instrumentos teóricos e metodológicos adequados, de modo a contribuir para o desenvolvimento das políticas de turismo voltadas para o desenvolvimento sociocultural.

Aos investimentos dos Programas responsáveis pela modernização turística na região Nordeste, como o Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur-NE I e II, somam-se hoje investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Os dados da tabela abaixo indicam os três Estados do Nordeste detentores dos maiores orçamentos do PAC, que são os Estados do Maranhão, do Pernambuco e do Ceará. Os Estados de Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte contam com os menores investimentos. Embora conte com menos recursos, o Estado de Alagoas sofre impactos decorrentes de novas dinâmicas regionais, nacionais e internacionais.

Tabela 1- Distribuição de recursos do PAC na região Nordeste

ESTADOS	ORÇAMENTO (R\$ milhões)	PAR. (%)
Maranhão	46.269	10,6
Pernambuco	34.859	8,0
Ceará	31.127	7,1
Bahia	13.726	3,1
Piauí	3.207	0,7
Rio Grande do Norte	2.375	0,5
Alagoas	1.909	0,4
Sergipe	590	0,1
Nordeste	143.126	32,7

Fonte: Revista Anuário Exame Infraestrutura 2009-2010. Elaboração: BNB/ETENE.

Nota: (!) Projetos que envolvem dois ou mais estados

O Estado de Alagoas está envolvido em uma problemática, que é a violência sexual contra adolescentes, que já se tornou um caso de saúde pública. Na tabela abaixo, observaremos alguns

dados dessa violência em Alagoas, especificamente em Maceió, no período entre maio de 2003 a 2010. Trata-se aqui de violência sexual relacionada ao disque Denúncia Nacional de Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

.Tabela 3 – Abuso e Exploração sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil, em Alagoas e Maceió

Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes: 100			
Tipo de Violência Registrada	Brasil	AL	Maceió
Exploração Sexual	20.554	344	132
Negligência	58.479	876	415
Pornografia	838	07	01
Trafico de Crianças e Adolescentes	351	08	03
Violência Física e Psicológica	57.002	1.002	460
Abuso Sexual	31.563	542	227

Fonte: DDN 100 - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

O problema da exploração sexual de crianças e adolescentes continua crescendo principalmente nas cidades onde o turismo é um setor de destaque. Observamos através de estudos publicados que as redes de enfrentamento como o Ministério Público, Conselho Tutelar e o Juizado da Criança e do Adolescente não atuam de forma sistemática e integrada, dificultado assim o combate e o esclarecimento das questões relacionadas a esse problema. Sendo assim, o Governo Federal lança o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil que surge em 2000, tendo também implantado, em 2001, o Programa “Sentinela”, coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social. Foram contemplados logo de início pelo programa 200 municípios com casos de violência sexual de menores e, dentre esses municípios, está o de Maceió - AL.

1.2 Quadro Teórico

Podemos observar através de literatura sobre a temática proposta, alguns problemas. Dos Santos, que parte de experiências empíricas e teóricas com a temática, afirma que problemas como a imprecisão conceitual e metodológica constituem um dos maiores obstáculos à realização de uma avaliação dos impactos das ações de combate à exploração sexual comercial adolescentes (Dos

Santos 2004a); outro problema é de ordem metodológica. Segundo Faleiros, o uso sexual de menores de idade com fins lucrativos é nomeado ora como prostituição infanto-juvenil ora como abuso sexual, e em outros momentos como exploração sexual comercial (FALEIROS, 2000). Soares do Bem (2010) chama atenção para a urgência do desenvolvimento de investigações sobre diferenciações teórico-conceituais e metodológicas em relação à temática da prostituição e da exploração sexual, tendo em vista a identificação de graves problemas de monitoramento por parte de interventores sociais no campo do atendimento à criança e ao adolescente.

Soares do Bem analisa a questão do turismo sexual e da exploração sexual de adolescentes e observa que a modernização que vem ocorrendo no campo da atividade turística no Brasil tem sido planejada de forma insustentável – embora se respalde formalmente em paradigmas de sustentabilidade –, visto que ela ainda ocorre de forma predatória em relação ao meio ambiente e tem gerado formas reiteradas de exclusão social. O autor fornece fartos dados sobre essa questão em suas publicações sobre o desenvolvimento do turismo na região Nordeste (SOARES DO BEM; MORAIS, 2013). O autor avalia que os modos de ocupação territorial e de atribuição de novas funções ao espaço no processo de *turistificação* expulsam o morador, que se vê forçado a mudar para outras áreas. Sendo assim, mulheres, crianças e adolescentes provenientes dos antigos e novos espaços de marginalidade, já sendo vítimas de uma relação histórica de exploração pelo mercado, constituem, portanto, o principal grupo de perdedores na nova geografia de poder que se instaura com a globalização (SOARES DO BEM, 2005). As novas gerações que não encontram espaço nas atividades especializadas que a modernização do turismo desencadeia, acabam forçadas a encontrar formas “alternativas” para interagir com as novas dinâmicas socioeconômicas, tornando-se vulneráveis para as dinâmicas implícitas no mercado do sexo.

Em reflexões sobre o conceito jurídico de políticas públicas, Bucci (2006) afirma que as políticas públicas possuem distintos suportes legais, podendo ser expressas em disposições constitucionais, ou através de leis, apresentado-se ainda em normas infralegais, como decretos e portarias e até como instrumentos jurídicos de outra natureza. Afirma ainda que as políticas públicas têm um componente de ação estratégica, pois incorporam elementos sobre a ação necessária em determinado momento, podendo ser planejadas para o futuro. Então as políticas que tenham o horizonte temporal medido em décadas são as políticas do Estado, já as que são realizadas como parte de um programa mais extenso são políticas de governo. O que define políticas de governo, em contraste com as políticas de Estado, é a baixa institucionalidade dessas políticas, que podem em casos específicos, como é o caso de algumas políticas sociais em curso, serem utilizadas como plataformas eleitoreiras, etc. Não é a extensão dessas políticas que fazem delas políticas de governo, mas o seu alcance em termos de institucionalização.

O programa do Governo Federal intitulado “Sentinela”, no período de 1995 a 2000, iniciou um trabalho voltado para o atendimento social às crianças vitimadas pela violência social. Inicialmente foram colocados em prática o Programa Brasil Criança Cidadã, em nível nacional, e o Projeto Cunhantã e Curumim, no Estado do Amazonas. Foi o resultado desses processos que indicou a necessidade de mudanças nas formas de intervenção, sendo então proposto o desenvolvimento de ações especializadas, com caráter permanente, visando a proteção integral das crianças e adolescentes vítimas da violência. Dessa forma, surge em 2001 o Programa citado acima, o “Sentinela”, tendo como função a intervenção fundamentada nas deliberações do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, aprovado em 2000 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA¹, bem como estudos, pesquisas e experiências desenvolvidas por diversos setores dos âmbitos públicos e privados, no enfrentamento ao fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. O Plano Nacional de Enfrentamento foi atualizado e revisado em 2008, tendo sido discutidas várias questões ligadas às formas estratégicas de intervenção e às diferenças regionais no III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, sediado no Brasil (PLANO..., 2013, p. 3). Em 2010 foi produzido o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, também no âmbito do CONANDA e foram feitas interfaces entre o Plano Decenal e o Plano de Enfrentamento em processo de atualização e revisão, principalmente no que tange às diretrizes do eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos – Objetivo Estratégico 3.9, de modo a ampliar e articular políticas, programas e ações tendo em vista o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Diante do exposto, evidencia-se que a exploração sexual de adolescentes exige um tratamento bastante particular. Quando o Brasil identificou o fenômeno da exploração sexual de adolescentes, começou a tomar medidas de “enfrentamento”, realizando levantamentos de dados e referências bibliográficas sobre o assunto. Na década de 1990 inicia-se uma crescente mobilização e manifestações, ações e medidas destinadas à proteção da criança e do adolescente. O fenômeno da exploração sexual comercial de adolescentes torna-se mais visível no país como um problema a ser institucionalmente enfrentado. Em 1991 foi aprovada no Congresso Nacional a Lei 8.242, que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, órgão colegiado por

¹ Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Cf. <http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/criancas-e-adolescentes/publicacoes-2013/pdfs/plano-nacional-de-enfrentamento-da-violencia-sexual-contra-crianca-e-adolescentes>, acesso em 09 de Abril de 2015.

representantes do Poder Executivo, constituindo um dos mecanismos essenciais à efetivação de direitos humanos das crianças e dos adolescentes brasileiros. O CONANDA tem como atribuições elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento à criança e ao adolescente, fiscalizando as ações de execução e observando as linhas de ação, bem como as diretrizes estabelecidas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Com a criação desse conselho o tema da exploração sexual de adolescentes, de um lado, passa a fazer parte da pauta da mídia, de outro se inicia a configuração de uma rede de entidades nacionais e internacionais para o tratamento adequado do tema (SANTOS; IPPOLITO, 2004).

Pode-se dizer que a exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do turismo sexual é uma violação de direitos, mas envolve, além de intercâmbios de natureza econômica, investimentos de outra ordem, como os de natureza emocional ou afetiva, concessão de presentes ou outro tipo de vantagem (SOARES DO BEM, 2010, p. 170). Soares do Bem (2010), assim como Felizardo e Marinho (2007) desenvolvem detalhada discussão teórica sobre a necessidade de estabelecer diferenciações teóricas e metodológicas com relação ao uso indiferenciado de conceitos como exploração sexual e prostituição no âmbito do turismo sexual e Schlemper (2010), por sua vez, estabelece em sua dissertação de Mestrado distinções fundamentais entre as formas da prostituição clássica e aquela que se verifica no âmbito do turismo sexual.

1.3 Problema da Pesquisa

O problema central da investigação proposta reside em evidenciar os elos sistêmicos entre o processo de modernização macroeconômica e a modernização setorial (turismo, mercado imobiliário, novos arranjos demográficos, etc.), avaliando-se os efeitos desse duplo processo de modernização sobre o vertiginoso aumento da exploração sexual de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, nas duas últimas décadas, na cidade de Maceió. Não estamos aqui afirmando a existência de uma causalidade exclusiva entre as dinâmicas macroestruturais e as dinâmicas setoriais no campo do desenvolvimento turístico para a configuração da exploração sexual de crianças e adolescentes. Soares do Bem (2004, p. 126) já havia chamado atenção, em artigo sintomaticamente intitulado “As armadilhas do turismo com motivação sexual: em busca de uma interpretação multifatorial”, para a necessidade de ampliar a compreensão do fenômeno, levando em consideração não apenas os elementos estruturais, mas também os de ordem simbólica,

o *habitus* cultural, a cultura política e a interdependência entre os países receptores e emissores de turistas. Não se postula aqui, pois, uma causalidade estreita entre as duas dinâmicas de modernização, mas sim a recorrência de práticas institucionais comuns inscritas na cultura política do país, que aproximam os dois modelos. Não é por outra razão que o autor abre o segundo capítulo de seu livro “A dialética do turismo sexual” com a seguinte observação:

Parece uma ironia histórica que, justamente no momento em que se buscam – via turismo – alternativas econômicas [...], o modelo adotado para desenvolvê-las aprofunde ainda mais a exclusão social provocada pela modernização que se desenvolveu no Brasil a partir da década de 1940, com a migração do campo para cidade (êxodo rural). Com efeito, o desenvolvimento turístico tem se generalizado acima das populações receptivas e se imposto como uma questão puramente administrativa (SOARES DO BEM, 2005, p. 35).

Demonstraremos que apesar do crescimento quantitativo do fenômeno, ele permanece ainda bastante invisível nas ações institucionais do Estado de Alagoas. O problema se agrava em virtude da ausência de indicadores, tanto para a temática do abuso e da exploração sexual em sentido mais amplo, como - e em especial - para a exploração no âmbito do turismo sexual. Com efeito, a identificação da ausência de indicadores para facilitar o monitoramento das ações de enfrentamento já data do ano de 2007, segundo o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra crianças e Adolescentes, que formula, nos seguintes termos, a sua preocupação com essa preocupante lacuna:

Uma tarefa fundamental presente no processo de revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, foi a construção de indicadores, que viabilizassem a estruturação de um processo de monitoramento e avaliação e que estivessem em consonância com as diretrizes da ONU para a construção de indicadores em Direitos Humanos. Desde 2007, já se diagnosticou que a construção de indicadores para a temática da Violência Sexual-abuso e exploração, não é uma tarefa fácil. Essa dificuldade deve-se, sobretudo, porque o Brasil não produziu dados nessa área para que se possa estabelecer uma linha de base para o processo de monitoramento e avaliação (PLANO..., 2013, p. 22).

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes considera, pois, como tarefa fundamental a produção de informações que sirvam de suporte para a construção e orientação de políticas públicas para a defesa de crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados, “consideradas as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, (e) de nacionalidade [...] (PLANO..., 2013, p. 15). Ora, o grande dilema é que as políticas públicas

precisam anteceder a produção de dados, para que os dados possam ser produzidos como decorrência dessas próprias políticas, ou seja, faz-se mister que a problemática seja priorizada, como, aliás, postula o Plano Nacional de Enfrentamento, para que os dados resultem da visibilidade social do fenômeno da exploração sexual nos contextos em que se apresenta como relevante – como é o caso da região Nordeste e do Estado de Alagoas.

Se a ausência de dados confiáveis e sistemáticos já constitui um problema de grande envergadura no que tange à exploração sexual e à violência contra crianças e adolescentes em sentido geral, no âmbito do turismo sexual os dados não apenas são inexistentes como inexistente é a própria classificação desse tipo específico de violência entre os vários tipos de violência classificados. É curioso observar, por exemplo, que no Mapa da Violência contra Crianças e Adolescentes no Brasil, de 2012 (WAISELFILSZ, 2012), no tópico 7.3 sobre violência sexual sequer conste especificamente a violência sexual no âmbito do turismo sexual, em detrimento das demais formas de violência tipificadas, como estupro, assédio sexual, atentado ao pudor, exploração sexual com fins comerciais e pornografia infantil (WAISELFILSZ, 2012). Saliente-se que a tipologia utilizada pelo autor é aquela que corresponde às notificações do Sistema de Informações de Agravos de Notificação – SINAN. Entre os diversos tipos de agressores encontram-se nas notificações do SINAN: pai, mãe, padrasto, madrasta, cônjuge, ex-cônjuge, namorado, ex-namorado, irmão, amigo ou conhecido, desconhecido e “outros”. Pode ser que o turista sexual agressor encontre-se oculto na categoria “outros”, fato que demonstra ainda a grande invisibilidade do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do turismo sexual tanto no Brasil, como no Estado de Alagoas.

Em âmbito federal, cabe salientar que o Plano Nacional de Enfrentamento contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes não se silencia diante da exploração sexual no interior do segmento turístico, como se depreende da recomendação de que os estados adotem “a experiência dos códigos de conduta contra a exploração sexual em diferentes segmentos econômicos (turismo, transporte, etc.)” (PLANO..., 2013, p. 8), no entanto tal recomendação, quase que expressa nas entrelinhas do documento, apresenta-se muito tímida para garantir a eficácia exigida para conter o desenvolvimento desse fenômeno. Tal constatação se confirma se observarmos os seis eixos estratégicos principais do Plano:

- 1) Análise da Situação – conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de diagnósticos, levantamento de dados, pesquisas;

- 2) Mobilização e Articulação – fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; envolve redes, fóruns, comissões, conselhos e etc.;
- 3) Defesa e Responsabilização – atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e responsabilização qualificados;
- 4) Atendimento - garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados;
- 5) Prevenção - assegurar ações preventivas contra a violência sexual. Ações de educação, sensibilização e de autodefesa;
- 6) Protagonismo Infanto-juvenil – promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e na execução de políticas de proteção de seus direitos (PLANO..., 2013, p. 9).

Embora o primeiro eixo estratégico contemple genericamente a importância da análise da situação envolvendo a problemática da exploração sexual de crianças e adolescentes, entendemos que o Plano Nacional de Enfrentamento não privilegia a especificidade da exploração no âmbito do turismo sexual ao pressupô-lo entre os demais tipos de violência e exploração. O fenômeno que tomamos como objeto de nossa investigação é, como demonstraremos ao longo deste trabalho, por demais complexo para continuar sendo tratado a partir de diretrizes gerais válidas para outros tipos de violência.

1.4 Objetivos

1.4.1 GERAL

Evidenciar os fatores que determinam o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado de Alagoas e em Maceió, tanto em relação aos aspectos ligados à modernização macroestrutural como em relação à modernização setorial no campo do desenvolvimento turístico, atribuindo a visibilidade institucional que a problemática precisa adquirir para que possa ser adequadamente conhecida e combatida.

1.4.2 ESPECÍFICOS

- Avaliar o alcance e o limite de programas e políticas públicas federais, estaduais e municipais para a defesa de crianças e adolescentes vulneráveis à exploração sexual no Estado de Alagoas e na cidade de Maceió;
- Contribuir para demarcar de maneira mais precisa, com base nos esparsos indicadores quanti-qualitativos disponíveis, a situação de adolescentes sexualmente explorados no âmbito do turismo sexual, no Estado de Alagoas e na cidade de Maceió;
- Contribuir para estimular o fomento a pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes potencialmente exploráveis no âmbito do turismo sexual, em conformidade com o que postula o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes em sua 12ª. Diretriz (Produção de conhecimentos sobre a infância e a adolescência, aplicada ao processo de formulação de políticas públicas) (PLANO..., 2013) e, por decorrência, estimular também o intercâmbio científico entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão nos temas relativos a crianças e adolescentes.

1.5 Formulação das Hipóteses

1.5.1 PRINCIPAL ou CENTRAL

Buscaremos evidenciar através de bibliografia especializada, bem como de fontes de dados quantitativos e documentais disponíveis, a relação entre modernização macroeconômica e setorial, e a situação específica de crianças e adolescentes sexualmente explorados no Estado de Alagoas e em Maceió. A partir desse mapeamento poderemos avaliar tanto o modo de funcionamento das redes de enfrentamento como das redes facilitadoras, que operam através da estrutura de hotéis, agentes taxistas, garçons, caminhoneiros, agentes de viagens, guias turísticos e cafetões.

1.6 Justificativa

O crescimento da exploração sexual de adolescentes na região Nordeste, no Estado de Alagoas e na cidade de Maceió tem preocupado bastante os estudiosos e as autoridades competentes no assunto. Observou-se também que o fenômeno é recorrente em vários destinos turísticos,

principalmente na região Nordeste, onde o turismo é um setor de destaque. Observou-se que o modelo de modernização excludente, a falta de planejamento, o modo de ocupação do espaço e a especulação imobiliária tem dificultado a vida de segmentos de baixa renda, provocando a exclusão social, desemprego e a falta de moradia. A exploração sexual de adolescentes envolve também a cumplicidade de redes facilitadoras como agentes de viagens, guias turísticos, hotéis, bares, donos de barracas de praias, garçons, caminhoneiros, taxistas e o tradicional cafetão. Somado a tudo isso vem a falta de precisão das redes de enfrentamento como: o Conselho Tutelar, Juizado da Criança e do Adolescente, Ministério Público e Delegacias Especializadas que não atuam de forma integrada. Sendo assim, acreditamos que é de suma importância a discussão do tema proposto para a compreensão desse fenômeno social.

7 METODOLOGIA

A pesquisa proposta tem dois eixos fundamentais de articulação: O primeiro envolve a análise histórica do processo de modernização macroestrutural no Brasil desde o século XIX, respaldada por estudos da sociologia brasileira que se concentram na descrição e análise dos processos relacionados à transição do Brasil colonial para o Brasil moderno (BOSI, 1992; FAUSTO, 2010; FERNANDES, 2005; IANNI, 2004; PRADO JUNIOR, 1947;) e aos impasses dela decorrentes; o segundo eixo preocupa-se em descrever e analisar os aspectos relacionados à modernização setorial, no âmbito do desenvolvimento turístico na região Nordeste e no Estado de Alagoas, respaldados pela ampla documentação de seus impactos sociais, culturais e ambientais desenvolvida por Soares do Bem (SOARES DO BEM; MORAIS, 2006, 2008, 2009; SOARES DO BEM; SANTO, 2008; SOARES DO BEM; VASCONCELOS, 2005; SOARES DO BEM; SILVA, 2005; SOARES DO BEM; SCHLEMPER, 2005; MORAIS, 2013; SOARES DO BEM; SCHLEMPER, 2005).

A investigação envolve análise histórica, pesquisa bibliográfica e análise documental de processos relacionados à modernização e seus impactos sobre o fenômeno do turismo sexual e da exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado de Alagoas e em Maceió. A pesquisa identificou problemas e lacunas nos Programas de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur I e II e silêncios institucionais no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Alagoas com relação à elaboração de políticas públicas estruturantes, constantes tanto do Plano Nacional de Turismo como do Código Mundial de Ética no Turismo, para conter os efeitos negativos da modernização sobre segmentos vulneráveis da população, em especial crianças e

adolescentes. Como demonstraremos, as teorias da modernização apontam para o complexo e contraditório processo de modernização da sociedade brasileira, que não apenas demonstra-se incapaz de superar as desigualdades sociais historicamente consolidadas, mas termina por dinamizar e reproduzir esses mesmos processos excludentes no âmbito do desenvolvimento turístico. Segundo o Manual do Multiplicador, que é um dos instrumentos de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo (2013), a exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do turismo tem profundas raízes históricas e culturais, principalmente no que diz respeito ao machismo, ao “preconceito racial” e às hierarquias historicamente consolidadas. Parte da sociedade se omite, dando espaço a exploradores que se aproveitam da fragilidade dos menos favorecidos – e estes são as crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

CAPÍTULO I

A MODERNIZAÇÃO MACROESTRUTURAL E SETORIAL BRASILEIRA

INTRODUÇÃO

O tema da modernização, em sentido mais amplo, é dos mais controversos e pode ser avaliado a partir de diferentes abordagens. Segundo Pinheiro Machado, em seu artigo “Alcance e Limites das Teorias da Modernização”², as teorias da modernização concebem apenas a existência de dois tipos de sociedade, a saber: a tradicional e a moderna. Na sociedade tradicional, a mobilidade social é considerada pequena e a estrutura social é vista como rígida e os costumes repetitivos. Nela, os agentes sociais realizam um número pequeno de atividades econômicas de baixa produtividade. Nas sociedades consideradas modernas, por outro lado, os níveis de organização exigem mudança contínua e uma enorme variabilidade de situações entre os agentes sociais. Esses agentes realizam atividades econômicas de alta complexidade e produtividade, exercendo distintas e complexas funções. Para a autora, as teorias da modernização identificam o não moderno a padrões preexistentes de desenvolvimento. A partir de análise histórica, no entanto, ela desconstrói alguns dos argumentos nucleares das teorias da modernização, afirmando que a expansão mercantilista da Europa Ocidental significou a procura de novos mercados supridores de produtos tropicais, como foi o caso da África, da América e da Ásia. Essas sociedades passaram a atender a necessidades comerciais das nações ocidentais, contudo a organização econômica, social e política desses espaços, preexistente à expansão europeia, não foi um fator determinante das transformações que se seguiram a esse contato. No caso específico da América Latina, as sociedades indígenas foram, pelo contrário, submetidas ao isolamento, quando não pura e simplesmente exterminadas. (MACHADO, 2013)

² Cf. <http://www.rea.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos>. Acesso em 09. mar. 2013.

1. 1 As Teorias da Modernização

Brasil Júnior (2013, p. 242), ao analisar as obras de Costa Pinto e Florestan Fernandes, observa que o processo de modernização no Brasil e na América Latina aconteceu de forma “explosiva”, pois cria “aspirações e necessidades” sem romper com as antigas estruturas da sociedade colonial, gerando tensões e conflitos. As mudanças promovidas pelo processo de modernização em longo tempo, permanecem restritas a uma parte da sociedade, que modernizou a sua fachada, deixando intactas as bases estruturais da economia e da formação social do passado.

O autor em pauta ainda chama a atenção para o fato de que o processo de modernização da sociedade brasileira não superou, mas reproduziu as desigualdades sociais historicamente consolidadas, em especial a desigualdade entre brancos e negros legada pela ordem escravocrata. Esse processo histórico excludente terminaria por ressignificar, dotando de novos sentidos a circulação de estereótipos e preconceitos em relação à suposta inferioridade “racial” da população negra numa ordem social moderna (BRASIL JÚNIOR, 2013).

Florestan Fernandes (2008, p. 158-159) traça a situação do negro na década de 1950 do seguinte modo:

A diferença decisiva, que se estabelece em relação ao passado recente, diz respeito à aquisição de uma fonte estável de ganho. Em outras palavras, o negro e o mulato conquistaram “meios de vida” que lhes proporcionaram posições regulares e por vezes permanentes no seio do sistema de trabalho livre. No entanto, essas posições nem sempre asseguram classificação no sistema capitalista de relações de produção. Por isso, associam-se, variavelmente, com ocupações que proporcionam baixos níveis de remuneração e condicionam formas mais precárias da participação da estrutura de poder da sociedade inclusiva. Sob esses aspectos, há uma diferença considerável com referência ao passado, mas essa diferença é meramente de grau. ‘A população de cor’ ainda esta confusamente empenhada na luta por converter o trabalho livre em fonte de classificação socioeconômica e de mobilidade social vertical

O dilema racial consistiria no fato de a abolição da escravatura ter ocorrido de forma precipitada em 1888, sem assegurar aos negros livres uma verdadeira integração na sociedade dos brancos. Florestan Fernandes (1978, p. 69) salienta que o fato é que, por viver no mundo criado pelo e para os “homens brancos” o negro se defrontava com muitas forças sociais que não conhecia nem podia submeter a alguma espécie de controle social próprio. Excluídos do mercado de trabalho, sem uma formação profissional e sem uma experiência no mercado de trabalho livre competitivo, os

antigos escravos necessariamente ficariam à margem dos processos de inclusão e modernização em marcha em longo prazo. A sociedade brasileira abandonou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideias de ser humano.

Raymundo Faoro, no artigo *A Questão Nacional: A Modernização*, por sua vez, discorre que a modernização no Brasil se desdobrou historicamente a partir da vinda de D. João VI, que teria sido fundamental para o exercício da conciliação política, desarticulação dos antagonismos e regulação e controle da mudança social. Para ele, a modernização do Brasil teria começado a se desdobrar pela via da ciência, nascida nas academias militares e nas escolas politécnicas e nas Faculdades de Medicina. O progresso era tudo e os direitos do cidadão não existiam, inclinando as elites intelectuais e econômicas para o evolucionismo de Spencer, apto a abrigar as teorias racistas que justificavam processos de exclusão a partir de uma suposta base biológica. Como exemplo, cita a modernização médica, como a vacina obrigatória, a modernização urbanística do Rio de Janeiro no início do século XX e a expulsão de moradores e proprietários pobres de suas casas. Como veremos, a urbanização turística terá também importante papel na refuncionalização do espaço urbano e na consequente segregação espacial ou na expulsão da população das áreas prioritárias para o desenvolvimento da infraestrutura turística (SOARES DO BEM, 2005). Para Faoro, a verdadeira modernização não pode se fazer, como é característico da modernização brasileira, pelo alto e pelo puro e simples processo de burocratização.

Para Jessé de Souza, o Brasil teve um processo de modernização singular e seletivo, não tendo se generalizado para todas as esferas sociais de modo uniforme. Com o processo de modernização seletiva, ele afirma que:

O escravo, esse vai ser abandonado e ficar desprovido de acesso às benesses do novo sistema que se institucionaliza a partir de então. Quem ocupa os novos empregos abertos pelo desenvolvimento de manufaturas é o mulato e depois o europeu imigrante. O negro vítima de preconceito e de seu próprio abandono, não teve nem terá acesso mais tarde ao lado menos sombrio dos novos tempos. Pela necessidade de acelerar a diferenciação do processo de industrialização, o estado interventor, quase um século depois, cria uma estratificação profissional funcional à industrialização ampliada de grande porte. Tal industrialização beneficiaria o trabalhador que se engajar no esforço de modernização: [...] o trabalhador urbano e qualificado. Seletividade do processo, no entanto, era antiga e havia se mostrado desde o começo da modernização espontânea, a partir do século XIX. (SOUZA, 2000. p. 265-266).

Para Domingues (1998), não é fácil teorizar o surgimento da modernidade, devido ao grande número de abordagens a esse respeito desde o século XIX, principalmente no que tange à análise das diversas instituições da modernidade e ao modo como elas se inter-relacionam. Por esta razão ele questiona o tratamento da modernidade como uma totalidade dada ou como uma coisa em si. A disparidade de situações manifesta-se nos diferentes indicadores construídos pelos pensadores sociais, entre os quais ele cita Marx e Engels, que destacam a economia capitalista como um marco lógico da modernidade. Nesse contexto, na obra “A Ideologia Alemã” (1998), os autores expõem que esse processo de modernização ocorrido em toda história das civilizações até nossos dias, contribuiu no êxodo dos servos para as cidades e nelas eram marginalizados. Esses servos, perseguidos no campo pelos seus senhores, chegavam um a um às cidades, onde encontravam uma comunidade organizada, contra a qual eram impotentes e no interior da qual eram obrigados a aceitar a situação que lhes eram conferidas pela necessidade que se tinha do seu trabalho e pelos interesses de seus concorrentes organizados da cidade. Esses trabalhadores, nos primórdios do capitalismo, jamais conseguiram ser uma força, era um trabalho de diarista, e nesse caso, nunca chegavam a criar uma organização e permanecia como uma plebe desorganizada. Essas cidades formavam verdadeiramente associações geradas pelas necessidades imediatas, a preocupação de proteção à propriedade, aptas a multiplicar os meios de produção e os meios de defesa de seus membros individualmente. A plebe dessas cidades, compostas de indivíduos estranhos uns aos outros e que chegavam separadamente, achava-se sem organização em face de uma força organizada, equipada para a guerra e que os vigiava ciosamente, e isso explica porque ela própria foi privada de qualquer poder (MARX; ENGELS, 1998, p. 56-57). De acordo com o que Marx e Engels (2005) demonstram na obra Manifesto Comunista, de 1848, o proletariado atravessa várias fases até abandonar a condição de massa indiferenciada e dispersa pela concorrência (classe em si) e se transformar em força política capaz de enfrentar seus opressores, tornando-se uma “classe para si”

Weber abordou a modernização a partir do processo de racionalização e foi bastante pessimista com relação à possibilidade do desencadeamento de forças unilateralmente progressistas como resultado dela decorrente. Kalberg (2010, p. 9), em referência ao autor, observou bem essa questão do desenvolvimento industrial e a urbanização que vinham ocorrendo em larga escala no “cosmos moderno” produziria um misto de fascinação e maus pressentimentos, ou seja, não estava tão convicto, como muitos iluministas e positivistas, sobre a direção que a modernidade tomaria, principalmente por considerar que a burocracia poderia comprometer os próprios processos modernizadores e enfraquecer a democracia. Será que as pessoas conseguiriam manter algum senso

de dignidade? Que configurações de valores continuariam a ser imperiosas? Poderiam elas, no futuro, servir de fundamento a decisões éticas? Os seres humanos, orientados por valores e psicologicamente modelados por estes, teriam condições de sobreviver?. Não é por outra razão que Florestan Fernandes (2005) utiliza, em seu estudo sobre a (inexistente) revolução brasileira, ao lado do paradigma marxista e funcionalista, o paradigma weberiano, justamente para dar conta das continuidades patrimonialistas persistentes na emergente ordem competitiva. Com isso ele quer sinalizar a recorrência de um modelo próprio da velha ordem tradicional e patrimonial no interior da emergente ordem competitiva brasileira e dar visibilidade ao conflito de valores entre os agentes economicamente ativos na nova ordem.

Em Durkheim (1999), a divisão social do trabalho polarizava-se entre as sociedades pré-modernas e as modernas e polarizavam-se também as formas específicas de controle social e de produção de solidariedade e coesão social. Os conflitos por ele não ignorados em relação às dinâmicas próprias da ordem capitalista foram apenas concebidos em termos de regramentos morais que deveriam se sobrepor à situação de anomia decorrente dessas dinâmicas.

Diante disso, Domingues conclui que a modernidade só pode ser entendida em sua dimensão histórica e em sua variabilidade, devendo seus elementos constituintes serem empiricamente identificados. Esta é, aliás, a perspectiva que adotamos ao particularizar a análise e demonstrar como a modernização estrutural e a modernização setorial do campo turístico produzem dinâmicas específicas que favorecem tanto o turismo sexual como o incremento potencial da violência contra crianças e adolescentes.

1. 2 A Estrutura de Classes das Sociedades Modernas

Sedi Hirano, na obra “Introdução ao Pensamento Sociológico de Marx e Weber”, expõe a análise de Marx a partir do materialismo histórico e dialético, e corrobora a tese de que é na luta entre interesses antagônicos que ocorre a passagem do modelo feudal para o capitalista. Marx compreende que a sociedade capitalista é formada basicamente por duas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado. Desta forma, Marx conclui que o modo de produção feudal é que define as relações sociais de tipo estamental, ou seja, a produção social de tipo feudal-estamental. As classes sociais se definem com o surgimento do modo de produção capitalista moderno, do Estado moderno, da propriedade privada, da divisão social do trabalho racionalmente desenvolvida, do

modo de apropriação do trabalho e dos instrumentos de trabalho e do trabalho assalariado (HIRANO, 2002, p. 101).

Anthony Giddens, em seu livro intitulado em 1973 “A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas”, faz menção à teoria das classes sociais em Marx e afirma que a sociedade de classes é produto de uma sequência determinada de mudanças históricas. As formas mais primitivas de sociedades humanas não são os sistemas de classes. Em sociedades “tribais” ou no “comunismo primitivo”, há apenas uma fraca divisão do trabalho e a propriedade existente é possuída em comum pelos membros da comunidade. Desta forma, a expansão da divisão do trabalho mais o aumento do nível de riqueza por ela gerada são acompanhados pelo crescimento da propriedade privada; isso envolve a criação de um produto excedente apropriado pela minoria de não produtores. Sendo assim, as formas e os resultados diversos do conflito de classe na história explicam as diferentes possibilidades geradas pela substituição de um tipo de sociedade por outro. Quando o capitalismo substitui o feudalismo, isso ocorre porque um novo sistema de classes, baseado na manufatura e centrado nas cidades, criou uma espécie de enclave dentro da sociedade feudal. O resultado, entretanto, é um novo sistema de dominação de classes, porque essa sequência de mudança está baseada na substituição parcial de um tipo de propriedade dos meios de produção (terra) por outro (capital), processo que, é claro, impõe grandes mudanças na técnica.

Giddens (1973) ressalta que o axioma do modelo abstrato de classes de Marx é que a dominação econômica está amarrada à dominação política. O controle dos meios de produção produz o controle político, aqui, a divisão dicotômica de classe é uma divisão tanto de propriedade quanto de poder. Traçar as linhas de exploração econômica numa sociedade é descobrir a chave para a compreensão das relações de subordinação vigentes dentro daquela sociedade. Assim, as classes expressam uma relação não só circunscrita entre “exploradores e explorados”, mas também entre “opressores e oprimidos”. As relações de classe são necessariamente instáveis em essência, mas uma classe dominante procura estabilizar a sua posição pela promoção de uma ideologia (e isso não ocorre sempre de forma consciente) legitimadora que “racionaliza” a sua posição de dominação política e econômica e “explica” à classe subordinada porque ela deve aceitar tal subordinação. Essa é a conotação da afirmativa muito citada da clássica obra de Marx e Engels, A Ideologia Alemã:

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias que predominam; a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força intelectual dominante. A classe que tem os meios de produção material a sua disposição controla, ao mesmo tempo, os meios de produção mental de tal forma

que, desse modo, falando em geral, as ideias dos que não tem os meios de produção material estão sujeitos a ela (MARX; ENGELS, 1998, p. 47).

Na obra acima referida, os autores afirmam que o que prevalece sempre em cada época são as ideias da classe dominante, que é a força material dominante da sociedade e, ao mesmo tempo, também a sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Para os autores, os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX; ENGELS, 1998, p. 47).

1.2.1 Lutas de Classe

Para Karl Marx e Friedrich Engels, a luta de classe sempre existiu durante toda a história. Na antiga Roma com os patrícios, plebeus e escravos; na Idade média com o senhor e o servo; e na sociedade moderna, que está dividida entre dois grandes grupos (burguesia moderna e proletariado). Neste contexto, um grupo sempre oprime o outro, seja pelas armas da ideologia ou da repressão. Giddens (1973, p. 76) ressalta que com a emergência do capitalismo moderno inicia-se uma nova fase da constituição do direito: o direito romano é adotado nos primeiros centros do capitalismo da Itália e de outros países, tornando-se a fonte do direito civil. No direito civil, a autoridade baseia-se em normas racionalizadas e não mais nas prescrições religiosas predominantes nas comunidades tradicionais. O sistema legal e judicial moderno é o principal suporte ideológico do Estado burguês. Não passa de uma expressão contemporânea de um fato, a saber, o de que a classe dominante inventou ou procura sempre, nas sociedades de classes, formas ideológicas que legitimam o seu domínio. A classe que tem ao seu dispor os meios de produção material controla igualmente os meios de produção intelectual, de tal maneira que as ideias daqueles que não dispõem dos meios de produção intelectual lhe estão geralmente sujeitas.

Na obra “O manifesto do Partido Comunista” (2007), Marx e Engels afirmam que em todas as sociedades até os dias de hoje, o homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre e companheiro, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constantes oposições uns aos outros, travaram uma batalha ininterrupta, ora aberta, ora dissimulada, uma luta que terminaria sempre com uma transformação revolucionária de toda a sociedade. Desta forma, logo nas primeiras épocas da história encontramos quase por toda parte uma organização completa da sociedade em classes distintas, uma hierarquia variada de condições sociais. Entretanto, nos moldes da sociedade burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não foram abolidos os antagonismos sociais, mas apenas substituídas as antigas elites dominantes por novas classes, por novas condições de opressão, e também por novas formas de luta. Antônio Brasil Júnior reforça o argumento acima citado ao analisar estudos feitos por Fernandes e Costa Pinto acerca da integração da população negra à sociedade de classes brasileira no século XX, tendo como cenário as duas maiores cidades do país, São Paulo e Rio de Janeiro. Ao avaliar a obra dos dois autores, Brasil Júnior (2013) encontra constatação similar: a integração do negro teria ocorrido de maneira limitada e precária, o que foi motivado, entre outros fatores, pela dificuldade de competir com o imigrante europeu, provocada acima de tudo pela sua pauperização e isolamento sociocultural na nova ordem.

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou no Brasil sem que se cercasse a destruição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Nesse sentido, a transformação social que se vincula à desagregação da produção escravista e da ordem social correspondente não se fazia para toda a sociedade brasileira. Os limites históricos eram fechados e na nova estrutura social não cabiam nem o escravo nem o liberto como categorias sociais inequívocas. O liberto se viu convertido em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

A exclusão do antigo escravo e agora liberto desta ordem social pode ser explicada pela maneira como se deu o desenvolvimento capitalista no Brasil. Na obra “A revolução burguesa no Brasil”, Florestan Fernandes (2006, p. 262-263) afirma que, mesmo após a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil manifestou as mesmas características das nações que ficaram à margem desse processo. Ele aponta três aspectos que fortalecem esta afirmação: o fato do país, mesmo sob o regime do trabalho livre, não ter rompido os laços de dependência dos grandes centros mundiais e não ter superado o estado de subdesenvolvimento, o que inclui, entre outros fatores, a concentração de riquezas nas mãos dos

grupos dominantes. O autor cita três fases que caracterizam a história do capitalismo brasileiro: a fase de eclosão do mercado; a fase de formação e expansão do capitalismo competitivo e a fase de irrupção do capitalismo monopolista. A primeira, que ocorre entre o período da abertura dos portos até o final do século XIX, foi classificada como uma época de “transição neocolonial”. A segunda, que vai do final do século XIX até meados de 1950, marca a “consolidação da economia comercial urbano-comercial e a primeira transição industrial”, enquanto a terceira, que começa no final dos anos 1950, é marcada pela “reorganização do mercado e do sistema de produção” e pela presença e influências das grandes corporações estrangeiras.

Fernandes (2006, p. 268) relata como, mesmo com a transição do sistema produtivo, os antigos escravos foram mantidos à margem da sociedade:

Muitos escreveram que a articulação do setor novo, urbano-comercial, a um sistema de produção escravista bloqueava tanto a expansão do mercado capitalista moderno quanto os ritmos do próprio desenvolvimento capitalista. Isso seria verdadeiro se o que entrasse em jogo fosse a passagem direta da economia escravista-capitalista neocolonial para uma economia urbano-industrial avançada. A transição que se configurava, contudo, era muito menos complexa; a aristocracia agrária, bem como os grupos ligados à dinamização do esquema de exportação-importação empenhavam-se, de fato, na consolidação do mercado capitalista moderno e em sua difusão interna (ou, em outras palavras, na eficácia que ele poderia e deveria ter para a consolidação e ulterior expansão de um complexo comercial especificamente capitalista. Parece claro que motivos desta natureza, e não outros, concorriam para que recebessem com frieza ou hostilidade iniciativas mais arrojadas, como as de Mauá). Em tal contexto e em vista dos fins econômicos visados, a articulação simplificou as coisas, na medida em que a existência de uma grande massa de excluídos (por causa da escravidão, da inatividade forçada e da pobreza em geral) permitiu converter a urbanização em um processo ultra-seletivo e concorreu para estabelecer uma ligação entre a escravidão e o desenvolvimento do capitalismo comercial dentro do país.

Em contexto idêntico ao abordado por Fernandes, Souza (2003, p. 207) salienta que foi o abandono secular do “negro e do dependente de qualquer cor” à própria sorte que criou as condições perversas da eternização do “habitus precário”, que os constrange “a uma vida marginal e humilhante à margem da sociedade incluída”. A tarefa consistiria em ver como não se constituíram as condições para que aqui se lograsse em medida significativa — como nas típicas sociedades modernas —, o processo de homogeneização e de generalização de um tipo humano transclassista como precondição de uma “efetiva e atuante ideia de cidadania”. Patamar, aliás, que não se conseguiu nem mesmo na mais rica daquelas sociedades, os EUA, “como efeito colateral unicamente do desenvolvimento econômico” — esclarece Jessé, interpelando, agora, as teorias

economicistas defensoras do desaparecimento dos “resíduos” do mundo marginal com o correr do tempo modernizador.

1.2.2 A Divisão Social do Trabalho

Emile Durkheim classifica a sociedade em dois tipos de solidariedade: a mecânica e a orgânica. Essa divisão é determinada por ele entre dois tipos de consciência que tem lugar entre os indivíduos na sociedade: a consciência coletiva e a individual. Na forma da solidariedade mecânica, que é predominante em sociedades consideradas menos desenvolvidas, os indivíduos estão intimamente ligados por laços religiosos, familiares e tradicionais. Sendo assim, para Durkheim, a solidariedade mecânica é uma solidariedade que se dá pelas semelhanças de pensamentos, valores, sentimentos e atividades e, dessa forma, nessas sociedades, há o predomínio coercitivo da consciência coletiva em detrimento das consciências individuais. No caso da solidariedade orgânica, que é encontrada em sociedades capitalistas onde existe uma forte divisão do trabalho social, em que cada indivíduo desenvolve uma tarefa específica na produção, Durkheim cita como exemplo analógico o corpo humano em que cada órgão desempenha um papel diferente, mas todos são indispensáveis para o bom funcionamento do organismo. Sendo assim, na solidariedade orgânica, marcada pelo processo de crescente individualização, as consciências individuais possuem maior possibilidade de desenvolvimento.

As sociedades ditas primitivas seriam aquelas em que a consciência coletiva se encontrava desenvolvida de modo total, os indivíduos que compõem uma sociedade neste estágio detêm as mesmas representações coletivas, comungando dos mesmos valores, o trabalho necessário para atender suas necessidades encontra-se diferenciado apenas entre os sexos e nesse estágio a consciência individual é quase nula. Nas sociedades mais evoluídas onde predomina a consciência individual, o processo de divisão do trabalho forma indivíduos cada vez mais capazes de perceber o quanto depende dos outros. Nesse sentido, para Durkheim a consciência individual não é sinônimo de egoísmo, mas de uma autoconsciência formada socialmente, que é capaz de diferenciar-se, assumir gostos particulares e desempenhar diferentes profissões. Mas, é importante ressaltar que segundo Durkheim a divisão do trabalho social em suas formas patológicas, promove a desintegração da sociedade.

Em sua obra “Da Divisão do Trabalho Social” (1999) Durkheim, salienta que, nas sociedades primitivas a religião penetra toda a vida social, isso porque a vida social é feita quase que exclusivamente de crenças e práticas comuns que extraem de uma adesão unanime uma intensidade bem particular. A organização primitiva dessas sociedades era de natureza familiar e nestas a constituição da família primitiva tinha como base a religião. Dessa forma todas essas massas sociais eram formadas de elementos homogêneos, isto é, dado que o tipo coletivo era bem desenvolvido nelas e os tipos individuais eram rudimentares, era inevitável que toda a vida psíquica da sociedade assumisse um caráter religioso. Desta forma, assinala Durkheim, que é daí que vem o comunismo, que foi marcado com tanta frequência nesses povos. De fato, o comunismo concebido por Durkheim é o produto necessário da coesão especial que absorve o indivíduo no grupo, a parte no todo. A propriedade nada mais é, em ultima análise, do que a extensão da pessoa nas coisas, logo, onde a personalidade coletiva é a única que existe, a propriedade mesmo não pode deixar de ser coletiva. Ela só poderá torna-se individual quando o indivíduo, diferenciando-se da massa, também se tiver tornado um ser pessoal e distinto, não apenas enquanto organismo, mas enquanto fator da vida social. Durkheim afirma que este tipo pode até se modificar sem que a natureza da solidariedade social mude com isto, ele discorre que nem todos os povos primitivos apresentam essa ausência de centralização, ao contrario, existem alguns que são submetidos a um poder absoluto.

A divisão do trabalho fez aí, portanto, a sua aparição, entretanto, o vínculo que, nesse caso, une o indivíduo ao chefe é idêntico ao que, hoje em dia, liga a coisa à pessoa. As relações do déspota bárbaro com seus súditos, assim como a do senhor com seus escravos, do pai de família romano com seus descendentes, não se distinguem das do proprietário com o objeto que possui. A solidariedade que elas exprimem permanece mecânica. Toda diferença está em que ela liga o indivíduo não mais diretamente ao grupo, mas, àquele que é a imagem deste. No entanto, a unidade do todo é, como antes exclusiva da individualidade das partes. Essa primeira divisão do trabalho, por mais importante que seja sob os outros aspectos, não tem por efeito atenuar a solidariedade social, que é por causa das condições particulares nas quais se efetua. De fato, é uma lei geral a de que o órgão eminente de toda a sociedade participa da natureza do ser coletivo que ele representa. Portanto, onde a sociedade tem esse caráter religioso e, por assim dizer, sobre-humano, cuja, a fonte esta na constituição da consciência comum, ele se transmite necessariamente ao chefe que a dirige e que se vê, assim elevado muito acima do resto dos homens. Onde os indivíduos são simples dependência do tipo coletivo, eles se tornam naturalmente dependências da autoridade central que encarnam esse tipo. Dessa forma, existe, portanto, uma estrutura social de natureza determinada à

qual corresponde a solidariedade mecânica. O que a caracteriza é que ela é um sistema de segmentos homogêneos semelhantes entre si (DURKHEIM, 1999).

Giddens (1973, p. 55-56), compreende que todas as formas de sociedade humana pressupõem uma divisão rudimentar do trabalho. Mas, no tipo de sociedade mais simples de todas, à sociedade tribal, essa divisão é pequena, consistindo principalmente numa divisão do trabalho entre os sexos. O homem é de início um ser integralmente comunitário; a individualização é um produto histórico, associado a uma divisão do trabalho cada vez mais complexa e especializada. Uma divisão cada vez mais complicada do trabalho é paralela à capacidade de produzir um excedente para além do que é indispensável para satisfazer as necessidades básicas. O que implica também, por seu turno, uma troca de bens; troca essa que da origem a uma individualização progressiva dos homens, processo que atinge o seu ponto máximo no sistema capitalista, no qual se verifica uma divisão altamente especializada do trabalho, o desenvolvimento de uma economia monetária e de produção de bens. Dentro deste processo produtivo moderno e capitalizado a sociedade se extrema entre possuidores e os não detentores dos meios de produção, o Estado aparece dando uma representatividade maior aos interesses da classe dominante, criando mecanismos para manter a estrutura da produção.

Mauricio Domingues (2005, p. 60) fazendo menção a Durkheim, afirma que a evolução da “divisão do trabalho social” nos conduzira a uma sociedade com alto grau de diferenciação social, ou seja, a uma sociedade na qual, na economia bem como em todas as outras dimensões, uma grande especialização dos indivíduos em diversas funções ocorria. Passávamos, assim, de sociedade com pouca diferenciação, nas quais vigorava uma “solidariedade mecânica”, para sociedades de “solidariedade orgânica”, nas quais se davam relações de complementariedade entre os indivíduos, embora essa parecesse não funcionar perfeitamente, o que resultava em anomia e patologias sociais (isto é, a falta de regras e limites para as ambições e anseios de seus membros, que ficavam então ameaçados social, psíquica e até fisicamente como no caso da passagem de “correntes suicidógenas”, quando a excitação era excessiva), uma vez que o estado estava distante dos indivíduos.

No caso das sociedades em que a solidariedade orgânica foi desenvolvida, Durkheim (1999, p. 165- 166) salienta que elas são constituídas não por uma repetição de seguimentos similares e homogêneos, mas por um sistema de órgãos diferentes, cada um dos quais tem um papel especial e que são formados, eles próprios, de partes diferentes. Ao mesmo tempo em que não têm a mesma natureza os elementos sociais não estão dispostos da mesma maneira. Eles não são nem justapostos

linearmente, nem encaixados uns nos outros, mas coordenados e subordinados uns aos outros em torno de um mesmo órgão central, que exerce sobre o resto do organismo uma ação moderadora. Esse tipo social baseia-se em princípios tão diferentes do precedente (solidariedade mecânica), que ele só se pode desenvolver na medida em que aquele se apaga. Fatos, nele, os indivíduos não mais são agrupados segundo suas relações de descendência, mas segundo a natureza particular da atividade social a que se consagram. Seu meio natural e necessário não é mais o meio natal, mas o meio profissional. Não é mais a consanguinidade, real ou fictícia, que assinala a posição de cada um, mas a função que ele desempenha. Nesse sentido Mauricio Domingues (2005), fazendo menção a Karl Marx, discorre que a sociedade capitalista moderna assentava-se sobre um alto grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho e no desenvolvimento das relações de troca, que deram lugar à universalização do dinheiro como mediador da vida econômica. Na modernidade, a força de trabalho se tornou uma mercadoria, o trabalhador expropriado dos meios de produção após a chamada “acumulação primitiva”, que, à força, o privou inteiramente desses meios, expulsado do campo, não tinha nada a vender senão ela, que pertencia ao capitalismo pelo período em que este a havia comprado (DOMINGUES, 2005, p. 62).

1.2.3 DESIGUALDADE, MARGINALIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A modernidade é um fenômeno de dois gumes, pois as instituições sociais modernas criaram as oportunidades para os indivíduos desfrutarem de uma vida segura e confortável, mas este aspecto de oportunidades, contudo, gerou diversos efeitos indesejáveis. Durkheim (1999) discorre que a evolução da “divisão social do trabalho” nos conduz a uma sociedade com alto grau de diferenciação social. Conquanto, normalmente, a divisão do trabalho produza a solidariedade social, algumas vezes, porém, ela apresenta resultados totalmente diferentes, até mesmo opostos. O que resultava em anomia e patologias sociais. Durkheim aponta que casos desse gênero nos são fornecidos pelas crises industriais ou comerciais, pelas falências, que são verdadeiras rupturas parciais da solidariedade orgânica, atestando, de fato, que, em certos pontos do organismo certas funções sociais não estão ajustadas umas às outras. O antagonismo entre o trabalho e o capital é outro exemplo, mais contundente, do mesmo fenômeno, à medida que as funções industriais vão se especializando, a luta se torna mais viva, em vez de a solidariedade aumentar (DURKHEIM, 1999, p. 368-369).

Arim Soares do Bem em sua obra intitulada “Paradoxos da Diferença: etnicidade, inimificação e reconhecimento (Alemanha – Brasil)” (2013), fazendo menção aos estudos teóricos e empíricos de Jock Young, salienta que ao se concentrar na análise do desenvolvimento da criminologia no momento histórico posterior à segunda Guerra Mundial, Young fornece argumentos imprescindíveis para o questionamento da crise da criminologia, instituindo a mesma como expressão da própria crise da modernidade e afirmando que um dos principais fatores para o aumento da taxa de criminalidade verificada no contexto europeu deu-se no momento de grande inclusão social, como foi o período do Pós-Guerra, marcado pelo “milagre econômico” (SOARES DO BEM, 2013, p. 168).

Jessé Souza, fazendo referência à temática da desigualdade social no Brasil, em sua obra “A invisibilidade da desigualdade brasileira” (2006), afirma que tem sido travado sob o signo da fragmentação do conhecimento e da fragmentação da percepção da realidade, um debate bastante superficial que enxerga a realidade principalmente pelos holofotes da mídia, apenas visando interesses próprios e forçando o Brasil a conviver com uma desigualdade naturalizada durante a trajetória de seu processo de modernização. Violência, segurança pública, direitos humanos, marginalidade, políticas sociais, sistema prisional, ações voluntárias são práticas sociais e temas de discussão que, apesar de sua óbvia importância imediata, desviam o foco da análise totalizadora para os aspectos mais visíveis e superficiais, para as “pontas dos icebergs”, para os efeitos e as consequências das desigualdades sociais entre nós e não para suas causas e razões profundas. Assim como a mídia, a partir de seus interesses comerciais por escândalos, por chocar o público e por sentimentalizar e “novelizar” a política, constrói, em grande medida, a “pauta” da política brasileira, e passa, de forma crescente nos últimos anos, a construir também a pauta da academia e da reflexão pública. Segundo Jessé Souza, essa miopia da percepção superficial e fragmentada não é de hoje. Apenas o seu redimensionamento midiático (especialmente televisivo) é mais recente. Foi essa miopia da percepção seletiva e lacunar e sua consequente visão acrítica da realidade que fez com que o Brasil tenha convivido com uma desigualdade naturalizada durante todo o seu processo de modernização, o qual já dura dois séculos, condenando $\frac{1}{3}$ da população à sub cidadania e a uma vida que não merece esse nome (SOUZA, 2006, p. 9).

Lucia Lippi de Oliveira, na obra intitulada “Cidade: História e Desafios” (2002) reforça o argumento acima citado por Jessé, quando afirma que segundo o IBGE, mais de 80% da população brasileira vive hoje nas cidades e que a intensa urbanização que se iniciou no Brasil no final dos anos 50 começou a apresentar seus efeitos já nos anos 60, o crescimento de áreas metropolitanas, a

ampliação da rede urbana e o aguçamento de seus problemas, entre eles a marginalização de enormes segmentos pobres da população, marcaram as últimas décadas do século XX.

Analisando a obra “A Integração do Negro na Sociedade” de Florestan Fernandes, Souza (p. 154-158) também aponta outro fator que contribuiu para o surgimento dos grupos sociais excluídos e periféricos: o isolamento sócio econômico da população negra e de seus descendentes. Após a abolição da escravidão, eles se encontram livres do trabalho forçado, mas continuam sendo discriminados. Sem qualquer apoio nem perspectivas de ascensão social nesta nova realidade industrial – que passa a se apoiar na força de trabalho do imigrante europeu, em especial o italiano – eles se veem sem identificação e sem oportunidade de inserção social no setor industrial, sendo forçados a conviver com a pobreza, o constante deslocamento e a marginalidade. Ainda abordando a obra de Florestan Fernandes, Souza ressalta outro aspecto importante deste processo de exclusão social do negro e do mulato: a construção de seus ambientes familiares onde os idosos são considerados como um “fardo”, os jovens são jogados à própria sorte e cabe às mulheres sustentar o lar com a prestação de serviços domésticos e prostituição.

Demonstramos acima os principais aspectos relacionados à estrutura de classes e à questão da desigualdade social, levando em consideração tanto os aspectos diretamente ligados às dinâmicas de classe como os aspectos relacionados à questão étnica e explicitamos como essas questões se articulam na sociedade brasileira no processo de modernização. O nosso objetivo foi demonstrar como se constroem historicamente os processos de exclusão de crianças e adolescentes na estrutura social brasileira. Exporemos a seguir como esses processos contribuem para cristalizar os aspectos mais importantes ligados a efetivação da vulnerabilidade social desse seguimento.

No Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, da Universidade de Brasília, aponta que os fenômenos da exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do turismo se constituem como um crime, que a cultura brasileira não aceita, mas em contrapartida a pratica. Afirma que o problema não só está ligado às questões econômicas e sociais, mas também ao descaso de parte da sociedade brasileira.

Dentro desta perspectiva, O Projeto afirma que é necessário tomar medidas como:

- Engajar e apoiar setores de viagens, turismo e hotelaria na adoção de códigos de conduta profissional por meio de adesão e implementação, por exemplo, do código de conduta para a proteção de crianças e adolescentes contra A exploração sexual em viagens de turismo;

- Assegurar a todos os atores envolvidos que estes atentem especificamente ao turismo não regulamentado para impedir que turistas nacionais ou estrangeiros explorem sexualmente crianças e adolescentes;

- Proibir a disseminação de material que faça a apologia da exploração sexual de crianças no turismo, e alertar os turistas sobre as sanções criminais aplicáveis em casos de exploração sexual contra crianças;

- Monitorar destinos novos e emergentes e estabelecer medidas proativas, para trabalhar com parceiros do setor privado envolvidos com o desenvolvimento de serviços de turismo na prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes, incluindo o uso de estratégia socialmente e ambientalmente responsáveis que promovam um desenvolvimento equitativo (2013, p. 28).

Ouriques (2005, apud AMARAL; ÁVILA, 2010) afirma que esse fenômeno tem características essencialmente colonialistas, típicas do turismo em países periféricos, isto é, o indivíduo é encarado como objeto de puro prazer. Os autores também fazem referencia a Soares do Bem (2005), afirmando que as modalidades de prostituição e turismo sexual têm raízes diretas com a pobreza e a falta de oportunidades – embora, como salientamos acima, este autor postule interpretações multifatoriais e não monocausais.

Simone Rocha da Rocha Pires Medeiros, em seu artigo intitulado “O marco conceitual da vulnerabilidade social” (2011), afirma que as estruturas da vulnerabilidade social estão condicionadas a um conjunto diversificado de fatores, o entrave na distribuição dos capitais, que envolvem recursos materiais, acabam impedindo os indivíduos que tenham acesso aos bens simbólicos que são essenciais para a sua sobrevivência. Dessa forma ela conclui que:

Nesse sentido, a vulnerabilidade social se constitui como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionamentos históricos. Essas transformações acabam por desencadear fundamentais mudanças na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições (MEDEIROS, 2011, p. 34).

Na obra intitulada de “Juventude, violência, e vulnerabilidade social na América Latina”, organizada pela UNESCO, argumenta-se que quando jovens adolescentes expostos à situação de vulnerabilidade social se lançam no mercado de trabalho, encontram inúmeras dificuldades para conseguir seu primeiro emprego, via de regra resultante de sua falta de qualificação. Muitos desses

adolescentes que foram excluídos do sistema educacional não conseguem atender às exigências impostas pelo mercado de trabalho, pois além de qualificação formal, muitos empregadores exigem outros requisitos como corpo esbelto e pele clara – indicadores de “boa aparência” –, e exigem que o indivíduo não resida em lugares onde existam incidências de violência. Dessa forma, dificulta-se o acesso desses adolescentes aos espaços de trabalho (UNESCO, 2002, p. 46-47).

São escassos, quando não completamente inexistentes, dados e indicadores concretos sobre a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes no âmbito do turismo sexual tanto no Brasil como no Estado de Alagoas, fato que gera enorme invisibilidade dessa problemática. A ausência de dados decorre tanto da ausência de notificações sobre violência sexual relacionada ao turismo sexual como da ausência da introdução da categoria exploração sexual infanto-juvenil no repertório de práticas violentas contra esse segmento populacional, como se depreende da análise e leitura do Mapa da Violência contra Crianças e Adolescentes de 2012 (WALSELFISZ, 2012), que, no tópico 7.3, onde trata da violência sexual, sequer considera a violência praticada no âmbito do turismo sexual – como já salientamos na introdução deste trabalho.

Sabemos que a prática da exploração sexual contra crianças e adolescentes no âmbito do turismo sexual é uma realidade, no entanto não a podemos mensurar. Sabemos também que as crianças e os adolescentes potencialmente vitimados pela exploração sexual no turismo são os mais vulneráveis socialmente e que entre estes se encontram também aqueles oriundos dos estratos sociais mais baixos, fato que atinge preferencialmente os de pele mais escura, dadas as características da desigualdade social, que na sociedade brasileira, articulam classe e pertença étnica. Os indicadores abaixo demonstram como as taxas mais baixas de alfabetização, escolarização e de exposição ao trabalho infantil atingem de modo mais intenso crianças e adolescentes negras e pardas, como se pode verificar abaixo:

Taxa de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos, por cor ou raça (Período: 1992-2009)

Taxa de escolarização	
Período	Total
1992	86,6
1993	88,6
1995	90,2
1996	91,3
1997	93
1998	94,7
1999	95,7
2001	96,5
2002	96,9
2003	97,2
2004	97,1
2005	97,3
2006	97,6
2007	97,6
2008	97,9
2009	98

Fonte:

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2010).

Os indicadores acima demonstram um aumento considerável da taxa de escolarização entre a população total na faixa etária entre 7 e 14 anos a partir do ano de 1992, numa linha ascendente até o ano de 2009. Se considerarmos apenas a população branca, como o demonstram os dados na tabela abaixo, podemos verificar como a taxa de escolarização dá um salto sensível em relação à média geral:

Taxa de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos, por cor ou raça (Período: 1992-2009)

Taxa de escolarização	
Período	Branca
1992	91
1993	92,1
1995	93,3
1996	94,1
1997	95,5
1998	96,5
1999	97
2001	97,5
2002	97,7
2003	98,1
2004	98,1
2005	98
2006	98,4
2007	98,2
2008	98,4
2009	98,4

Fonte:

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2010).

Os dados acima demonstram o melhor perfil da população branca em relação ao perfil da população total a partir de 1992. A população branca já se situa na casa ligeiramente acima dos 90% contra 86,6% em relação à população total no mesmo ano. Confrontando-se tais dados com os da tabela abaixo com relação à população parda e negra pode-se constatar o descompasso entre os indicadores:

Taxa de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos, por cor ou raça (Período: 1992-2009)

Taxa de escolarização	
Período	Preta ou parda
1992	82,2
1993	85,1
1995	87,1
1996	88,3
1997	90,6
1998	93,1
1999	94,4
2001	95,4
2002	96,2
2003	96,4
2004	96,2
2005	96,8
2006	97,1
2007	97,1
2008	97,7
2009	97,9

Fonte:

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2010).

Os dados acima demonstram a ocorrência da mesma linha ascendente da taxa de escolarização entre a população parda e negra de 7 a 14 anos de idade desde 1992, no entanto este segmento somente atinge a casa dos 90% a partir do ano de 1997. Enquanto a população branca atinge a casa igual ou superior aos 95% já no ano de 1997, a população parda ou negra somente alcança este patamar no ano de 2001. Esta mesma dinâmica se reproduz com relação à população na faixa etária situada a partir dos 15 anos de idade, no entanto já uma redução significativa da taxa de escolarização entre os pardos e negros. A tabela abaixo permite visualizar os dados da população total a partir dos 15 anos de idade:

Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça (Período: 1992-2009)

Taxa de alfabetização	
Período	Total
1992	82,8
1993	83,6
1995	84,5
1996	85,4
1997	85,3
1998	86,2
1999	86,7
2001	87,6
2002	88,2
2003	88,5
2004	88,6
2005	88,9
2006	89,6
2007	90
2008	90
2009	90,3

Fonte:

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2010).

O que os dados acima demonstram é que ocorre uma considerável redução da taxa de escolarização da população total na faixa dos 15 anos (ou mais) entre os anos de 1992 e 2009. Se confrontarmos os dados referentes à população total com os da população branca podemos constatar que esta última já quase atinge a casa dos 90% no ano inicial, 1992, contra os 82,8% da população total no mesmo ano. Mesmo se não tivéssemos a tabela com os dados da população parda e negra, por simples dedução já poderíamos perceber que é exatamente esse segmento que “puxa” os indicadores para baixo. A tabela abaixo apresenta os dados referentes à população branca:

Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça (Período: 1992-2009)

Taxa de alfabetização	
Período	Branca
1992	89,4
1993	89,9
1995	90,5
1996	90,7
1997	91
1998	91,6
1999	91,7
2001	92,3
2002	92,5
2003	92,9
2004	92,8
2005	93
2006	93,5
2007	93,9
2008	93,8
2009	94,1

Fonte:

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2010).

Aqui, pode-se perceber o melhor posicionamento da população branca a partir dos 15 anos de idade em relação à população total. Salta aos olhos que também este segmento tem um posicionamento inferior em relação à faixa etária dos 7 aos 14 anos. Mas se observarmos a tabela que situa os jovens pardos e negros a partir dos 15 anos de idade, veremos como fica evidente o posicionamento destes em relação aos brancos:

Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça (Período: 1992-2009).

Taxa de alfabetização	
Período	Preta ou parda
1992	74,3
1993	75,3
1995	76,6
1996	78,3
1997	77,8
1998	79,2
1999	80,2
2001	81,8
2002	82,8
2003	83,2
2004	83,8
2005	84,6
2006	85,4
2007	85,9
2008	86,4
2009	86,6

Fonte:

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2010).

Os dados acima demonstram a grande desvantagem entre pardos e negros, de um lado, e a população branca, de outro, no quesito taxas de escolarização entre os anos 1992 e 2009. Os primeiros não atingem a casa dos 90% nem mesmo no último mês indexado pelo IBGE, o ano de 2009. Se confrontarmos as taxas de alfabetização e de escolarização, que se demonstram menores entre crianças e adolescentes negros e pardos, também a exposição ao trabalho infantil atinge em maior medida os segmentos sociais de pele mais escura. A tabela abaixo permite visualizar a situação da população total urbana exposta ao trabalho infantil:

Taxa de trabalho infantil no Brasil metropolitano, por cor (Período: 1992-2008)

Taxa de trabalho infantil no Brasil metropolitano (1)	
Período	Total
1992	10
1993	9,35
1995	9,33
1996	7,67
1997	7,32
1998	6,72
1999	6,21
2001	6,04
2002	6
2003	4,99
2004	5,01
2005	5,23
2006	4,45
2007	5,05
2008	4,22

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Tabela extraída de: IDB (Indicadores e Dados básicos), Brasil, 2009.

Os dados da tabela acima confirmam a regressão do trabalho infantil, de 10% em 1992, para 4,22 em 2008. Observando os dados sobre a população branca no mesmo período, pode-se verificar como o trabalho infantil entre esse segmento regride de 8,8% em 1992, para 3,51% em 2008. É o que demonstra a tabela abaixo:

Taxa de trabalho infantil no Brasil metropolitano, por cor (Período: 1992-2008)

Taxa de trabalho infantil no Brasil metropolitano(1)	
Período	Branca
1992	8,8
1993	8,27
1995	8,11
1996	7,01
1997	6,8
1998	6,39
1999	5,28
2001	5,06
2002	5,12
2003	4,41
2004	4,29
2005	4,88
2006	4,24
2007	4,1
2008	3,51

Fonte:

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Tabela extraída de: IDB (Indicadores e Dados básicos), Brasil, 2009.

Os dados acima demonstram redução do trabalho infantil entre a população branca no período situado entre 1992 e 2008, caindo de 8,8% em 1992 para 3,51% em 2008. Esta tendência não se verifica entre a população negra, como se depreende da tabela abaixo:

Taxa de trabalho infantil no Brasil metropolitano, por cor (Período: 1992-2008)

Taxa de trabalho infantil no Brasil metropolitano(1)	
Período	Preta
1992	11,88
1993	10,21
1995	9,56
1996	5,9
1997	7,96
1998	8,54
1999	7,74
2001	6,6
2002	5,77
2003	6,29
2004	6,37
2005	5,37
2006	4,1
2007	6,42
2008	6,02

Fonte:

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Tabela extraída de: [IDB \(Indicadores e Dados básicos\), Brasil, 2009.](#)

Os dados acima confirmam a persistência de indicadores negativos entre a população negra, no quesito trabalho infantil. Fica visível que entre estes o trabalho infantil atinge quase o dobro dos indicadores para os brancos no último ano de avaliação, 2008, atingindo ainda o patamar de 6,02% contra 3,51. Não é preciso muito esforço para que se verifique a convergência dos dados sobre as taxas de escolarização e as taxas relativas ao trabalho infantil entre brancos, pardos e negros. O trabalho precoce incide ainda violentamente sobre crianças e adolescentes pardos e negros, tornando-os mais vulneráveis também no âmbito do turismo sexual. Os dados demonstram, pois, que “não há [...] por que postular mistério sociológico algum no Brasil” (CARVALHO, 2006, p. 117) com relação ao caráter étnico-racial da desigualdade.

Os dados gerais acima apresentados demonstram características inequívocas acerca da maior vulnerabilidade social de crianças e adolescentes pardos e negros na estrutura social brasileira, aspecto que se reproduz também no âmbito do turismo sexual, embora não existam estudos

sistemáticos sobre a questão. Soares do Bem (2005) demonstrou como o imaginário de muitos turistas europeus está impregnado de imagens estereotipadas sobre mulheres brasileiras, via de regra representadas como mulatas ou negras em permanente transe carnal e disponíveis para o sexo. No entanto, apesar de todas essas evidências, é-nos absolutamente impossível detalhar, com indicadores concretos e confiáveis, o comportamento efetivo de turistas em relação a esse segmento. É urgente, portanto, que o descompasso entre a realidade fenomênica e a produção de dados seja superado de forma que tanto os pesquisadores da temática como os agentes atuantes em várias redes de enfrentamento possam se valer de elementos concretos para construir suas reflexões teóricas ou suas estratégias de intervenção e monitoramento.

CAPÍTULO II

O DESENVOLVIMENTO TURISTICO NO BRASIL E NA REGIÃO NORDESTE

2.1 A modernização turística

Para muitos historiadores, o marco inicial do turismo no Brasil é a vinda da família real portuguesa para a colônia em 1808. A chegada da corte lusitana e seus acompanhantes criou a necessidade de se ter espaços para hospedar os novos habitantes. Até então, conforme atesta o estudo da Confederação Nacional do Comércio (CNC) “Um breve relato da história do turismo e da hotelaria” (2005), os viajantes só encontravam acomodação em ordens religiosas, a exemplo do Colégio Bom Jesus, em Salvador, na Bahia e do Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro, capital do Império, foi sede dos primeiros hotéis, surgidos durante o domínio de D. Pedro II. No entanto, os visitantes, em especial os estrangeiros, queixavam-se da qualidade da hospedagem, conforme atesta o relato da CNC:

Em meados do século XIX, havia no Rio de Janeiro duas centenas de estabelecimentos de hospedagem (sendo apenas a terça parte pertencente a brasileiros), dos quais cerca de cinquenta eram considerados hotéis. Entretanto, vários depoimentos de visitantes estrangeiros continuavam se ressentindo da falta de hotéis de qualidade. Principalmente por serem ainda muito gritantes as diferenças de padrão socioeconômico entre o Brasil e os países desenvolvidos, em todos os aspectos da qualidade de vida das grandes metrópoles e não apenas no campo da hotelaria (CNC, 2005, p.21).

Já no século XX, um dos principais incentivos à expansão do turismo foi o crescimento do transporte aéreo, que trouxe, em 1955, o primeiro voo internacional ao país, a linha da Varig que fazia o percurso Rio de Janeiro – Nova Iorque. Nos anos 70, segundo a CNC, também chegam ao Brasil às primeiras redes hoteleiras internacionais (a exemplo do Hilton, do Sheraton, do Caesar Park e do Clube Mediterranée). Previamente, no período entre os anos 1930 e 1950, são fundadas as primeiras instituições responsáveis pela organização da atividade turística no Brasil, como a Associação Brasileira das Agências de Viagens – ABAV e a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH.

O desenvolvimento do turismo no Brasil se deu a partir do Estado e da iniciativa privada. Com o lançamento do plano de ações e metas em 1956, formalizou-se e sistematizou-se o turismo no Brasil, em decorrência dos investimentos na área de infraestrutura industrial de bens de consumo

duráveis. Foi no governo de Juscelino Kubitschek que o país experimentou grande crescimento econômico e o Brasil passou a se inserir de modo crescente na divisão internacional do trabalho. Nesse período foi instituída a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), responsável pela supervisão e execução da Política Nacional do Turismo.

Segundo Soares do Bem (2005), com o desenvolvimento da mineração em Minas Gerais (séc. XVIII) e o deslocamento dos interesses econômicos para o Sudeste, a região Nordeste perdeu a hegemonia econômica e política que foi sua principal característica nos séculos XVI e XVII, pois tanto no século XIX como no século XX a cafeicultura e o processo de industrialização contribuíram para consolidar o núcleo dinâmico da economia brasileira na região Sudeste do país. Esse processo se inicia, de fato, com a exploração da mineração, em Minas Gerais, no século XVIII. Segundo o autor (Idem) surgem daí grandes assimetrias e desigualdades regionais. O Nordeste passou a ser o polo de emissão de migrantes para as regiões mais desenvolvidas, em decorrência do desenvolvimento da mineração e da industrialização. Somente a partir dos anos 1960 é que o Nordeste passa a demonstrar um desempenho positivo em sua economia, mas em decorrência da transferência de fundos públicos, como salienta Soares do Bem (2003), ligados à criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que iniciou um processo de modernização induzida, tendo-se interrompido esse processo no início dos anos 1990.

Foi a partir da década de 1990 que os governos nordestinos buscaram alternativas para propiciar a continuidade do processo de modernização, até então garantido, como afirmamos acima, pelo repasse, pelo governo federal e de instituições como a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, de fundos públicos, e a alternativa encontrada foi o desenvolvimento do turismo na região, que culminou num processo de modernização pontual, levando à urbanização turística de algumas capitais como Salvador, Recife, Natal, Fortaleza e mais recentemente Maceió, de acordo com o que argumenta Soares do Bem (2003, p. 8-9):

O surgimento da crise intervencionista do Estado e o estabelecimento de políticas neoliberais no início dos anos 1990 interromperão, no entanto, esse processo e levarão à busca de alternativas econômicas por vários governos dos Estados do Nordeste, destacando-se o turismo como setor privilegiado para dar continuidade aos esforços modernizadores.

No contexto da região Nordeste, ganha destaque o surgimento do turismo organizado em Alagoas, cujos primeiros passos se deram após a I Guerra Mundial. Como forma de incentivar o

desenvolvimento turístico da capital (Maceió), decretou-se a lei 575/57, que regulamentou e disciplinou a taxa de turismo e hospedagem. Outro marco do turismo foi à inauguração do Estádio Rei Pelé (SOARES DO BEM; VASCONCELOS, 2005).

2.2. O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE I e PRODETUR/NE II

O PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste foi criado em 1992 e está basicamente inserido no contexto da ação estratégica do governo federal em sua busca para o fomento do desenvolvimento sustentável da região Nordeste, postulando contribuir para o crescimento econômico regional.

O PRODETUR foi dividido em duas fases, a saber: 1) O PRODETUR I buscou priorizar alguns componentes necessários à elaboração do produto turístico do Nordeste, como a preservação e proteção do meio ambiente, levando em consideração, pelo menos em termos formais, o desenvolvimento sustentável; a recuperação do patrimônio histórico e melhoria do saneamento básico, com o intuito de conservar o meio ambiente e melhorar as condições de vida da população e a infraestrutura; estruturação, modernização; capacitação de órgãos e entidades estaduais e municipais; modernização e ampliação dos aeroportos, visando a melhoria dos serviços. A previsão de investimento para o PRODETUR I foi de aproximadamente de US\$ 670 milhões.

2.2.1 O PRODETUR I – O projeto foi elaborado com o objetivo de realizar o desenvolvimento macroeconômico na Região Nordeste, focando seus esforços na atividade turística. Sendo assim, para alcançar o objetivo proposto, contemplou iniciativas do setor público em infraestrutura básica e desenvolvimento institucional voltados para o aumento da competitividade do setor e supostamente da melhoria das condições de vida das populações beneficiadas.

Os projetos do PRODETUR I foram elaborados no contexto de estratégias de desenvolvimento turístico de cada Estado nordestino, tendo em vista o fomento à geração de empregos, melhoria dos níveis de renda per capita e das receitas públicas. Pode-se perceber, então na década de 1990, reflexos positivos em relação ao desenvolvimento do turismo em muitos Estados do Nordeste.

O relatório³ produzido pelo Banco do Nordeste (BNB), órgão executor do programa, para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2005, observa que, para consolidar os projetos, foram feitas as seguintes propostas:

- Adequação da estrutura institucional para encorajar o turismo sustentável, fortalecendo institucionalmente os órgãos de turismo de Estados e municípios;
- Melhoria das condições de saneamento nas áreas turísticas, envolvendo o fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos;
- Investimentos no melhoramento de aeroportos, sistemas de vias urbanas e rodovias secundárias e de acesso, propondo com essas mudanças facilitar o deslocamento para dentro da região;
- Recuperação e preservação do patrimônio público.

Paralelamente, apesar do alto investimento em infraestrutura e logística – que teve como principal destino a ampliação e adequação dos aeroportos da região - o PRODETUR I não apresenta propostas claras em relação à inclusão social das populações afetadas pela prática turística. Quando trata do conceito de “sustentabilidade”, o projeto se limita a abordar o tema sob uma ótica ambiental, ressaltando que a sociedade como um todo será beneficiada pelos investimentos em saneamento. A prioridade, na ocasião, era criar novos produtos turísticos e melhorar os serviços já existentes. Com todos esses ajustes os estados beneficiados tiveram um aumento considerável em seu fluxo turístico no conjunto das capitais do Nordeste. Segundo os dados do Relatório Final do PRODETUR I o número de turistas na região passou de 5.037 visitantes em 1996 para 10.596 pessoas em 2004. Também aumentou consideravelmente o fluxo turístico internacional.

A tabela abaixo, disponível no relatório divulgado pelo Banco do Nordeste em 2005, lista a quantidade de recursos aplicados pelo PRODETUR I em cada Estado do Nordeste.

Valores Aplicados* por Estado - Financiamento e Contrapartida Local (US\$ milhões)	
Maranhão	40,943

³ Disponível em <https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Prodetur_ne1/gerados/resultados.asp>. Acesso em: 07 de fev. 2013.

Piauí	21,123
Ceará	141,767
Rio Grande do Norte	38,240
Paraíba	32,783
Pernambuco	41,975
Alagoas	7,017
Município de Maceió	36,350
Sergipe	50,757
Bahia	215,011
Total	625,966

*compreende investimentos nos componentes do Programa, excetuando-se os custos financeiros administrativos. *Fonte: Relatório BNB/PRODETUR NE I*

2.2.2 O PRODETUR II - A preocupação com a inclusão social aparece de maneira mais explícita no relatório do PRODETUR II/NE⁴, no qual se admite a ocorrência de “impactos socioambientais negativos direta ou indiretamente associados às intervenções nas áreas atingidas”. O Banco do Nordeste aponta para a necessidade de um plano mais abrangente no quesito social.

O novo projeto, conforme o Banco do Nordeste, tem, entre outros objetivos, “assegurar o desenvolvimento turístico autossustentável e responsável” e “melhorar a qualidade de vida das populações diretamente afetadas pela atividade turística”.

Com o exposto objetivo de melhorar a qualidade de vida da população que vive nos municípios integrantes dos polos de desenvolvimento do turismo, uma das prioridades básicas do PRODETUR II é o foco na sustentabilidade dos investimentos realizados na primeira fase do programa, o que significa uma priorização de ações que visam completar e complementar os projetos financiados. Esse processo se deu de modo fragmentário e incompleto.

⁴ Disponível em <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Prodetur_ne2/gerados/objetivos.asp>. Acesso em: 07 de fev. 2013.

2.2.3 O PRODETUR ALAGOAS

No ano de 1999 o Banco do Nordeste assinou um convênio de financiamento com o Estado de Alagoas através do qual seriam investidos US\$ 22.399.000,00 (vinte e dois milhões, trezentos e noventa e nove mil dólares) direcionados ao atendimento às áreas de transporte viário, à revitalização e restauração do patrimônio histórico e ao desenvolvimento institucional.

Podemos destacar alguns pontos de melhorias que os investimentos do PRODETUR/AL propiciaram:

- Sistema de informação gráfica de Maceió;
- Elaboração do plano diretor de limpeza urbana;
- Adoção de geoprocessamento como base para a implantação do sistema de informação geográfica de Maceió;
- Aumento da arrecadação Municipal;
- Elaboração de mapas temáticos: uso do solo, epidemiologia, vigilância sanitária, meio ambiente e Turismo.

Em parceria com o Banco do Nordeste iniciou-se um processo envolvendo 16 polos turísticos, tendo como principal objetivo o desenvolvimento da atividade turística. O objetivo do projeto era trabalhar a partir de uma visão empresarial, investindo na capacitação profissional das pessoas e tendo como base, pelo menos teoricamente, os princípios do desenvolvimento sustentável, de forma a suprir as necessidades atuais sem agredir ao meio ambiente nem esgotar os recursos para as gerações futuras. Dentro desses polos turísticos situavam-se os polos Costa dos Corais – AL, Descobrimento – BA, Chapada Diamantina – BA, Salvador – BA, Costa do Sol – CE, São Luis – MA, Costa das Piscinas – PB, Costa dos Arrecifes – PE, Costa do Delta – PI, Costa das Dunas – RN, Costa dos Coqueirais – SE e ainda Vale do Jequitinhonha – MG.

Vejamos no mapa⁵ abaixo quais foram os polos beneficiados pelo projeto:

⁵ Disponível em <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Prodetur_ne2/gerados/objetivos.asp>. Acesso em 07 de fev. 2013.



Fonte: Relatório PRODETUR II NE

No Estado de Alagoas, o relatório aponta que o polo Costa dos Corais contempla 11 municípios e que foram beneficiadas 11 milhões de pessoas, tendo como foco atender os seguintes municípios da área planejada: Barra de Santo Antônio, Japaratinga, Maceió, Maragogi, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras e São Miguel. Abaixo, no mapa ⁶em destaque, o Polo Costa dos Corais:



Fonte: Relatório PRODETUR II NE

⁶ Disponível em http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Polos/gerados/prodetur_polos_principal.asp. Acesso em: 07 de fev. 2013.

2.2.4 LIMITES E CARÊNCIAS DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Tanto nas versões I e II do PRODETUR, podemos notar a ausência de estratégias para combater um dos mais graves problemas surgidos pela expansão da atividade turística, o turismo sexual. As vítimas desta realidade, em sua maioria, são jovens do sexo feminino menores de idade e de baixa renda, atraídas pela possibilidade de faturamento alto e rápido com programas sexuais com visitantes. O fenômeno do turismo sexual é ainda mais intenso no Nordeste brasileiro, onde a combinação de pobreza falta de oportunidades e fortalecimento unilateral da atividade turística faz com que algumas mulheres busquem seu sustento através da prestação de serviços sexuais a visitantes em busca de uma experiência sexual com uma “nativa”. Esta cena torna-se cada vez mais comum em grandes capitais da região, a exemplo de Natal, Fortaleza, Recife e Salvador. Logo, faz-se urgente que as pessoas responsáveis pela elaboração de políticas públicas voltadas ao turismo construam projetos com maior amplitude social, que não se limitem apenas a gerar renda (via de regra de baixas dimensões), mas também promover a inserção social da comunidade.

A este respeito Soares do Bem (2005), a partir do início da década de 1990, detectou a prevalência de um modelo eminentemente tecnicista e economicista no desenvolvimento do turismo tanto no Brasil como na região Nordeste e afirma que este modelo tem sido predatório com relação ao meio ambiente e tem provocado inúmeros problemas sociais e culturais. O turismo sexual coloca em circulação um conjunto de atores e agentes que operam de modo complementar (agências de viagens que oferecem pacotes, recepcionistas de hotéis que não exercem controle adequado sobre a movimentação de turistas com pessoas que exercem a prostituição nas localidades receptivas, motoristas de táxi, guias turísticos, informantes, etc.) e que favorecem também o imbricamento do turismo sexual com atividades relacionadas ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

Em seu artigo “As armadilhas do turismo com motivação sexual: em busca de uma interpretação multifatorial”, Soares do Bem (2004) observa que o tráfico realizado através de fronteiras internacionais produz também efeitos sobre a migração internacional, atuando negativamente sobre toda a população de migrantes nos países industrializados, incentivando, nos países emissores de turistas, o acirramento de políticas de migração altamente restritivas e excludentes e aumentando a repressão sobre minorias étnicas. Para o autor, existe no mundo contemporâneo e em especial no Brasil uma nova tendência no debate com relação ao turismo, ao sexo e à migração, no entanto essa discussão, muitas vezes, tende a utilizar termos de denúncia ou acusação, valendo-se de categorias morais como se se tratassem de categorias de análise. Com o

objetivo de contribuir para o refinamento teórico-conceitual do debate, Soares do Bem (2010) postula a necessidade de realização de diferenciações conceituais e metodológicas com o objetivo precípuo de repensar os conceitos com os quais o turismo, a exploração sexual e a prostituição são colocados sob o crivo da análise. No centro de sua reflexão manifesta-se a necessidade de “estabelecer cortes sensíveis entre os conceitos de exploração sexual e prostituição” (SOARES DO BEM, 2010, p. 176), de modo a construir novos parâmetros para as concepções de emancipação que fundamentam o trabalho de intervenção social.

O tema da diferenciação conceitual e metodológica acima referido foi também objeto de nossa investigação, no âmbito do projeto PIBIC do período de vigência 2009-2010 (SILVA SOUZA, 2010). No relatório final desse projeto, concentramos nossa análise na discussão das especificidades da prostituição que se dá no âmbito do turismo sexual, certos de que o tipo específico de prostituição que se dá nesse âmbito é de natureza distinta da prostituição “clássica”. Esta se diferencia também da exploração sexual, por pressupor atividade exercida por pessoas adultas, não constituindo crime, a não ser nos aspectos previstos em lei. Abordamos também sobre os determinantes históricos da prostituição, avaliando os limites e o alcance das estratégias adotadas pelo Brasil na regulação da prostituição, discutindo as diferenças teórico-conceituais e metodológicas entre turismo sexual, prostituição e exploração sexual. Nosso objetivo foi buscar maior precisão conceitual sobre as categorias de turismo sexual, prostituição e exploração sexual, contribuindo para superar uma imensa lacuna na produção de conhecimento nesse campo. Para tanto, a partir de uma perspectiva problematizadora, procuramos articular dimensões históricas, socioculturais, teóricas, jurídicas e epistemológicas, contribuindo para a superação de dificuldades evidentes no trabalho de interventores e cientistas sociais que atuam no campo do turismo e na defesa de crianças e adolescentes (SOUZA, 2010, p. 3).

Autores como Santos (2007) dedicam-se também ao desenvolvimento de reflexões conceituais sobre a temática da relação entre prostituição e exploração sexual, mantendo-se igualmente vinculado à perspectiva dos direitos humanos e dos movimentos sociais em defesa de crianças e adolescentes. A partir de experiência empírica e teórica com a temática, ele chama a atenção para a existência de tópicos conflitivos, que assim enumera: 1) a visão da prostituição como uma categoria de trabalho; 2) a discussão das causas da prostituição sem restringi-las às determinações socioeconômicas; 3) intervenção situada além da mera abolição [descriminalização e legalização]; 4) discussão diferenciada da prostituição adulta e infanto-juvenil e 5) exploração sexual comercial (SOARES DO BEM, 2009, p. 10).

Outro fator que bloqueia a construção de políticas de turismo de maior amplitude social é o caráter igualmente técnico e economicista dos currículos de cursos que formam profissionais que atuarão nesse segmento, fato que insere a problemática num grande círculo vicioso. Deve-se ressaltar que, desde a fundação das instituições acadêmicas pioneiras no ensino do turismo no Brasil, no início dos anos 1970, há a predominância desse caráter tecnicista e economicista, resultante principalmente do papel insignificante atribuído às disciplinas curriculares reflexivas, no sentido de fomentar uma visão holística e sistêmica da atividade, de modo a fomentar um modelo de turismo com um enfoque voltado para além das meras demandas do mercado e dos resultados da balança comercial (SOARES DO BEM, 2005). Atualmente esse modelo continua a ser desenvolvido na região Nordeste, e permanece o baixo interesse pela história, cultura e meio ambiente, da mesma forma que as questões sociais não são priorizadas, pois as disciplinas deixam de valorizar a dimensão humana. Ao abordar sobre a importância de um planejamento embasado numa visão holística e sistêmica da atividade turística, Soares do Bem observa que a visão tecnocentrada dos planejadores não consegue dar conta de captar os fatores que promovem o turismo sexual, embora este se utilize, ironicamente, da mesma infraestrutura por eles construída:

O melhor exemplo é o próprio turismo sexual, que não sendo objeto do planejamento, e, portanto, não devendo estar inscrito no espaço sociocultural como prática, foge completamente à gestão tecnocentrada dos planejadores. Por esta razão, o planejamento turístico contribui também, embora silenciosamente, para que o turismo sexual se reproduza e se utilize ironicamente da mesma infraestrutura (SOARES DO BEM, 2005, p. 96-97).

2.2.5 INVESTIMENTOS EM ÁREAS DE SUPORTE PARA O TURISMO DO ESTADO DE ALAGOAS

O Estado de Alagoas é reconhecido como um dos destinos mais vendidos do país pelas operadoras turísticas, ocupando a 13ª colocação, nos últimos anos o turismo vem se consolidando como importante processo de crescimento e fortalecimento da economia em Alagoas. O Governo de Alagoas, que tem consolidado o turismo como uma política de Estado, aprovou por meio de Decreto nº 27.141, de julho de 2013, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Alagoas para um horizonte de dez anos.

Relatório de gestão do Governo do Estado⁷ aponta que, no período de 2007 até 2014, houve um crescimento significativo do fluxo de passageiros no Aeroporto Zumbi dos Palmares, o equivalente a 109%. Até setembro de 2014 o número de pessoas que passaram pelo aeroporto foram de 914,8 mil pessoas.

Maceió recebeu 422,6 mil hóspedes no primeiro semestre de 2014, tendo janeiro o maior fluxo, a capital alagoana ultrapassou 78 mil hóspedes. No ano de 2013, Alagoas recebeu cerca de 2,8 milhões de visitantes. Em parceria com o Ministério do Turismo e com a EMBRATUR, captaram recursos equivalentes a R\$ 2 milhões para a promoção do destino turístico tanto no mercado nacional como internacional, realizando dessa forma, campanhas promocionais em várias línguas. Em relação à oferta de hotelaria, em 2007, o número de leitos foi de 20.154, enquanto em 2014, esse número passou para 33.148. No ano de 2007, foram registradas 7.965 unidades habitacionais, quantitativo que aumentou significativamente em 2014, chegando à casa dos 12.851 unidades. Foram implantados vinte novos hotéis e 35 pousadas, a taxa média de ocupação de 72% em 2013 ficou acima da média brasileira que foi de 65,6%. Há que se destacar o fortalecimento da malha aérea, com a captação dos voos charters nacionais oriundos de cerca de vinte municípios brasileiros, e dos voos internacionais originados de cidades da América do Sul, com destaque para Buenos Aires e Santiago de Chile, e da Europa, como Roma, Lisboa e Milão, além do implemento de novas companhias aéreas.

O Porto de Maceió foi uma importante porta de entrada de turistas. Entre 2007 e 2014 foram identificados 240 cruzeiros, totalizando 572 mil passageiros colocando Alagoas em segundo lugar dentre os estados da região Nordeste a receber maior número de cruzeiros.

O governo de Alagoas investiu mais de R\$ 887 milhões em infraestrutura rodoviária no ano de 2014. Duas das principais rodovias receberam obras de duplicação: AL 101 Sul e AL 220. Também a AL 430, nas regiões de Passo do Camaragibe e Barra do Camaragibe; a AL 101 Norte (Barra de Camaragibe e Porto de Pedras), a AL 460 (Porto de Pedras a porto Calvo) e a AL 220, que liga a cidade de São Miguel dos Campos a Arapiraca, receberam obras de pavimentação.

⁷ ALAGOAS. Governo de. **Trabalhos e Realizações- Alagoas Agora e Para o Futuro 2007-2014:** Como o Governo Teotônio Vilela Filho Transformou a Realidade Alagoana. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2014. 150p.

Desta forma, o Governo de Alagoas tem assegurado investimentos relevantes na área do turismo no Estado, aumentando os números de leitos nas pousadas e hotéis, otimizando as linhas aéreas com voos internacionais e a estruturação do Porto, fazendo com que inúmeros cruzeiros com turistas adentrem no Estado, aumentando de forma significativa o fluxo turístico do Estado. Com o crescimento da demanda turística, o aumento da violência sexual envolvendo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ganha transparência acima de tudo nos meios de comunicação, porém o esforço para incrementar o crescimento da atividade turística não é seguido do esforço para enfrentar os problemas dela decorrentes. A análise documental, no próximo capítulo, demonstrará que o Estado de Alagoas não tem colocado esses problemas entre suas prioridades, não firmando políticas preventivas e repressivas concretas e aptas a combater ou minimizar os efeitos da modernização setorial entre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

CAPÍTULO III

IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE, TURISMO SEXUAL E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE ALAGOAS E EM MACEIÓ

3.1 Impactos do desenvolvimento do turismo

Soares do Bem (2005, p. 33) argumenta que a modernização turística que vem se construindo no Brasil e na região Nordeste nas últimas décadas tem sido calcada no histórico modelo de modernização que marca o Brasil desde o século XIX, de natureza impactante e eminentemente autoritária, excludente e desestruturante. Segundo o autor (Idem, Ibidem), “esse modelo – mesmo quando se ufana de ser “sustentável” –, é predatório com relação ao meio ambiente e tem gerado grande exclusão social da população “nativa” – esta também desarticulada dos espaços de cidadania e sofrendo discriminações de várias naturezas, inclusive *racistas*”. O autor salienta ainda (Idem, Ibidem) que vários complexos turísticos são construídos, no Nordeste, fora da infraestrutura urbana, não trazendo benefícios visíveis para a população local. Para ele, os modos de ocupação territorial e de refuncionalização do espaço no processo de *turistificação* expulsam o morador, que se vê forçado a migrar para outras áreas. Referindo-se à condição precária do morador expulso, o autor conclui que “num momento posterior, ele retorna para ser ‘reintegrado’ ao que era o seu espaço, mas, agora, na condição de força de trabalho barata” (SOARES DO BEM, 2005, p. 33). As gerações mais novas, não tendo mais espaço nas atividades tradicionais que se desarticulam com a atividade turística e, não encontrando uma forma de integração às novas dinâmicas socioeconômicas, encontram inúmeras dificuldades para a inserção no mundo do trabalho (Idem, Ibidem).

A falta de planejamento, o modo de ocupação do espaço e a especulação imobiliária têm dificultado a vida de muitas pessoas, inclusive das que vivem em cidades turísticas. Muitas delas não encontram trabalho, o que é contraditório em cidades que normalmente se encontram em pleno desenvolvimento turístico. Assim, as gerações mais novas, não encontram espaço, acabam procurando outras alternativas para interagirem com as novas demandas socioeconômicas.

Outra questão importante de se frisar é concernente aos impactos turísticos e está relacionada à globalização, que constitui um fenômeno complexo que pode trazer, ao mesmo tempo, tanto impactos positivos como negativos. Tanto países desenvolvidos como aqueles em vias de desenvolvimento precisam lidar com os efeitos da violência (sob múltiplas formas) e da marginalidade, aprofundados pela globalização. A expansão ou abertura de novas fronteiras combina-se com o estreitamento e a fixação de outras fronteiras, sofrendo modificação os modos de organização, agenciamento e gestão do trabalho, assim como os processos e as estruturas produtivas. Entendemos que o turismo, o processo de globalização e internacionalização não devem ser vistos de forma separadas, pois é necessário ver que a integração da comunidade com o global está longe de só se dar através da atividade turística. Dessa forma, deixando de lado os outros atores envolvidos no processo, as análises do fenômeno turístico não atingem, se tratadas de modo isolado, toda a sua complexidade (MORAES, 2009). A modernização trazida pelo processo de globalização e o desenvolvimento da atividade turística podem trazer graves impactos na vida das comunidades receptoras.

3.2 Desenvolvimento turístico e turismo sexual

Para Soares do Bem (2005, p. 99), “o turismo sexual é um fenômeno que produz uma série de engrenagens subterrâneas disseminadas nas sociedades emissoras e receptoras de turistas, que, para se configurar, precisam operar simultaneamente, produzindo efeitos e desarranjos em ambos os contextos”. O turismo sexual não pode ser avaliado sem levar em consideração o modelo de desenvolvimento da própria atividade turística. Este modelo tem sido avaliado em várias obras (livros e artigos) de Soares do Bem a partir do início da década de 90 do século XX. Ele detectou a prevalência de um modelo eminentemente tecnicista e economicista no desenvolvimento do turismo tanto no Brasil como na região Nordeste e afirma que este modelo tem sido predatório com relação ao meio ambiente e tem provocado inúmeros problemas sociais e culturais. O turismo sexual coloca

em circulação um conjunto de atores e agentes que operam de modo complementar (agências de viagens que oferecem pacotes, recepcionistas de hotéis que não exercem controle adequado sobre a movimentação de turistas com pessoas que exercem a prostituição nas localidades receptivas, motoristas de táxi, guias turísticos, informantes, etc.) e que favorecem também o imbricamento do turismo sexual com atividades relacionadas ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

No artigo *Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil*, Maria Lúcia e Maria de Fátima Pinto Leal (2001, p. 86), comentam que o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual no Brasil, atende a certo perfil, afirmando que, “no Brasil, o tráfico para fins de exploração sexual é predominantemente de mulheres e adolescentes afrodescendentes (negras e morenas), sendo que a faixa etária de maior incidência é de 22 a 24 anos e de 14 a 17 anos”.

Adotado em 2000 pelas Nações Unidas e ratificado pelo Governo Brasileiro por meio de Decreto 5.017 de março de 2004, o “Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças”⁸, também conhecido como *Protocolo de Palermo*, é um instrumento internacional para o combate ao tráfico de mulheres e crianças. A alínea a do artigo 3 do protocolo identifica como tráfico de pessoas “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos”. Segundo o documento, mesmo havendo o consentimento da vítima a qualquer exploração descrita na alínea em pauta, este será irrelevante se tiverem sido usados os meios nela listados.

No entanto, no artigo “Prostitutas, ‘traficadas’ e pânico morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o tráfico de seres humanos”, pesquisadores do Grupo Davida apontam incoerências no referido documento e argumentam:

⁸ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 20 de fev.2015.

[...] as leis das nações que ratificaram o Protocolo não necessariamente contemplam os aspectos nele presentes. No caso do Brasil, o Artigo 231 do Código Penal ignora qualquer referência à coerção ou às violações de direitos humanos, definindo como "traficada" qualquer pessoa que cruza as fronteiras nacionais para trabalhar como prostituta, explorada ou não por terceiros. Em alguns países, as prostitutas que imigram para trabalhar legitimamente por meio de convites e vistos de trabalho não são consideradas "traficadas", enquanto outros signatários do Protocolo de Palermo definem também as dançarinas eróticas estrangeiras como vítimas do tráfico, independente de seu estado legal no país ou de seu envolvimento com a prostituição..." (2005, p. 165)

O próprio Protocolo, no artigo 15, alínea 2, estabelece que:

As controvérsias entre dois ou mais Estados Partes com respeito à aplicação ou à interpretação do presente Protocolo que não possam ser resolvidas por negociação, dentro de um prazo razoável, serão submetidas, a pedido de um desses Estados Partes, a arbitragem. Se, no prazo de seis meses após a data do pedido de arbitragem, esses Estados Partes não chegarem a um acordo sobre a organização da arbitragem, qualquer desses Estados Partes poderá submeter o diferendo ao Tribunal Internacional de Justiça mediante requerimento, em conformidade com o Estatuto do Tribunal.

As articulações entre turismo, sexo e migração têm sido cada vez mais discutidas e algumas dessas reflexões consideram as prostitutas como trabalhadoras sexuais e agentes ativas na construção de suas vidas. Piscitelli (2005, p. 253) tem refletido sobre essa situação e ressalta algumas diferenças conceituais:

Nos discursos produzidos por órgãos do governo brasileiro acerca do fenômeno, é comum observar o uso do conceito de turismo sexual como se fosse sinônimo de abuso de menores e intimamente vinculado à extradição de mulheres para trabalhos forçados como prostitutas. Essa visão aparece quase como uma definição oficial do fenômeno, aquela que é mais comumente usada por agentes políticos para justificar novos dispositivos legais. É importante salientar que o turista sexual parece ser definido no campo legal-jurídico brasileiro de forma diferente, como algo muito mais específico: a violação por estrangeiros das leis brasileiras que regulam o comportamento sexual, mais precisamente, as leis contra pornografia, sedução, estupro, corrupção de menores, atentado violento ao pudor e tráfico de mulheres. É mister salientar que a simples contratação dos serviços de uma prostituta maior de

idade não configura, por si só, um crime e, portanto, não deve ser entendida como turismo sexual nesta acepção do fenômeno.

Para reforçar esse argumento, os pesquisadores do Grupo Davida relatam no artigo *Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes* (2005, p. 157) uma ação da Polícia Federal em maio de 2005, quando 29 cidadãos americanos e 40 prostitutas brasileiras foram detidos no Rio de Janeiro ao embarcarem num barco que os levaria a uma festa particular na Baía de Guanabara. A Polícia Federal atestou que nenhuma das mulheres envolvidas era menor de idade e não obteve, com essa ação, nenhuma prova da existência de exploração sexual naquele contexto.

Repensando os conceitos de turismo sexual, prostituição e exploração sexual, Soares do Bem (2007, p. 65-66) argumenta que o turismo sexual pode ser visto como resultado de impactos sociais e culturais provocados - entre demais fatores estruturais - pelo modelo a partir do qual a atividade tem se generalizado nas sociedades receptivas. Ele ressalta, porém, que o tratamento da questão “deve se armar contra os perigos de concepções e ações reducionistas, evitando servir de suporte para a introdução de códigos morais que se contraponham às conquistas no campo da liberdade sexual da segunda metade do século XX”. Para o autor, “a imprescindível defesa dos direitos humanos não pode prescindir da defesa do direito do corpo, à sexualidade e o prazer” (Idem, Ibidem), nos casos em que se aplica, ou seja, ele afirma que o corpo de pessoas adultas, juridicamente competentes, não pode ser tutelado por códigos morais repressivos. Diante da complexidade dessa questão, Soares do Bem (Idem) postula a iminente necessidade de pensar dialeticamente esse fenômeno e salienta que o pensamento dialético não pode ser visto como uma fórmula abstrata, extraída da pura reflexão teórica. Sendo a contradição uma das leis da dialética (Cf. TRIVINOS, 1987) evidencia-se a necessidade de vincular a reflexão teórica às inúmeras questões relacionadas à realidade empírica (Cf. MARX, 1985), que é, por sua vez, substancialmente marcada pela contradição. Diante disso, Soares do Bem coloca em relevo que uma prática científica coerente no que tange ao tratamento de uma questão tão polissêmica e tão mobilizadora como a prostituição “não deve perder de vista a conexão entre teoria e realidade, nem se fixar em interpretações que ambicionem o status de verdades eternas, insuperáveis, imutáveis” (SOARES DO BEM, 2010, p. 169).

No âmbito do turismo sexual, a prostituição tem sido marcada pela combinação das diferentes estratégias acima citadas, ficando presente na perspectiva do “enfrentamento” que se tornou a palavra-chave de muitas ações, o predomínio da visão proibicionista, mas também a

perspectiva abolicionista, visível principalmente no trabalho social de muitas Organizações Não Governamentais que intentam reabilitar aqueles que se prostituem. Esse quadro torna-se bastante problemático diante da pouca clareza teórica e conceitual que domina o espaço da discussão acerca da prostituição “tradicional” e da prostituição no âmbito do turismo sexual, bem como da exploração sexual infanto-juvenil. À apontada falta de clareza relaciona-se indubitavelmente a falta de preparação de muitos profissionais que atuam no setor da atividade turística, assim como o próprio abandono da temática por pensadores do campo das ciências sociais, atitude que relega a imprescindível reflexão objeto desse trabalho ao caráter pragmático e instrumental do campo da administração e da economia.

3. 3 Modalidades de prostituição e diferenciação em relação à exploração sexual

No livro “Prostituição artes e manhas”, Rogério Araújo da Silva (2006, p.17) relata que as modalidades de prostituição envolvem não só a ocupação espacial, mas também o conjunto de práticas materiais e simbólicas inerentes à atividade, tais como formas de exposição, relações com os clientes, tabelas de serviços e negociação de pagamentos. Nessa mesma perspectiva Freitas (apud ANDRADE, 2001, p. 60) salienta a necessidade de tratar a prostituição a partir de uma perspectiva que considera a interação de pessoas em atividades prostituintes com os demais atores sociais inseridos nesse cenário. Essa vertente se aproxima das abordagens do interacionismo simbólico e da etnometodologia. O exercício da prostituição manifesta-se nas seguintes formas:

- **Trottoir** - é uma forma de prostituição individual exercida nas ruas das cidades. É a modalidade mais visível em razão do conhecimento imediato que possibilita e de sua nítida configuração espacial;
- **Casas fechadas** - também conhecidas como “puteiros”, ou “casas de massagem”, termo bastante usado nos anúncios de jornais. Nesse caso, a mulher não sai às ruas, o cliente é que se torna frequentador do local. As casas de prostituição costumavam ser sinalizadas com lâmpadas vermelhas para evitar que casas vizinhas fossem de certo modo, “invadidas” por clientes importunos.

- **Boates e casas de shows** – locais onde é comum a apresentação de strip-tease. De acordo com informações obtidas, o perfil socioeconômico tanto de clientela quanto das mulheres que se prostituem é mais elevado nessas casas. Assim como nas casas fechadas, a profissional do sexo é obrigada a fazer o cliente beber muito, preferencialmente bebidas caras.

- **Anúncios e classificados** - forma de prostituição feita em classificados dos principais jornais da cidade, sob a designação de “acompanhantes”. Nesses anúncios são ressaltadas as características físicas e os serviços oferecidos pelos anunciantes, constando, em maior quantidade, anúncios de mulheres e, em menor número, de homens e travestis. Nos anúncios de mulheres, as formas do corpo, a cor e tez da pele, na cor dos olhos e o tipo do cabelo são recorrentes. Adjetivos como negra, ruiva, morena e loira são acompanhados de outros, como “linda negra”, “gata morena” e “loira perfeita”. Em relação ao corpo, são comuns expressão como “corpo perfeito”, “corpo lindo”;

- **Ciberprostituição** - nesta modalidade, que vem se tornando bastante comum nas cidades de grande porte, a oferta de profissionais do sexo se dá via internet. Somente no estado de São Paulo, existem dezenas de sites destinados a esse tipo de comércio, de grande rentabilidade tanto para o profissional do sexo como para os provedores do site.

Algumas das modalidades de prostituição acima relatadas são pouco usuais no âmbito do turismo sexual. Verifica-se que a prostituição que se dá no âmbito do turismo sexual diferencia-se do modelo de sexo confinado em determinados ambientes, como nos bordéis, embora possa também ser dinamizada em ambientes específicos, como “casas de massagens” ou mesmo em boates e casas de shows. Outras formas, como a ciberprostituição, têm sido crescentemente adotadas tanto pelos que oferecem serviços sexuais como por clientes e turistas sexuais. Seja salientado que a especificidade da prostituição no âmbito do turismo sexual reside exatamente na fluidez da relação estabelecida entre a (o) prostituta (o) e seus parceiros, não se configurando, no mais das vezes, uma relação tão clara, como no modelo “clássico” de prostituição, entre a prostituta e o “cliente”. Felizardo e Marinho (2007), Soares do Bem (2010), bem como Piscitelli (2005) chamam a atenção para os investimentos “de outra ordem” que são dinamizados nesse contexto, notadamente os investimentos afetivos e emocionais. Não raro, estabelecem-se relações qualificadas como “namoro” e as trocas sexuais, embora sejam mediatizadas por fatores mercantis, resultam de relações de conquista e sedução.

Vários são os problemas apontados por Soares do Bem (2009), ao consultar a restrita literatura crítica sobre a temática proposta. Tais problemas podem ser assim, esquematicamente, resumidos: 1) Embora o caráter exploratório seja reconhecido como sendo constitutivo da relação desigual e economicamente assimétrica que dinamiza o turismo sexual (Idem, p. 9), o turismo sexual pode ser visto como sendo combinado a investimentos de outra ordem, notadamente de natureza afetiva e emocional (FELIZARDO E MARINHO, 2007); 2) análises de determinações monocausais não captam o universo cultural, simbólico e identitário, bem como as relações de poder relacionadas à construção social das identidades de pessoas envolvidas no turismo sexual; 3) o turismo sexual constrói uma nova geografia que reorganiza os espaços urbanos e aproxima grupos tradicionalmente segregados de segmentos socialmente integrados e isso cria inúmeros conflitos, gerando pânico morais e posturas defensivas (JÚNIOR apud FELIZARDO E MARINHO, 2007, p. 147).

Autores como Santos (2007) dedicam-se também ao desenvolvimento de reflexões conceituais sobre a temática da relação entre prostituição e exploração sexual, mantendo-se igualmente vinculado à perspectiva dos direitos humanos e dos movimentos sociais em defesa de crianças e adolescentes. A partir de experiência empírica e teórica com a temática, ele chama a atenção para a existência de tópicos conflitivos, que assim enumera: 1) a visão da prostituição como uma categoria de trabalho; 2) a discussão das causas da prostituição sem restringí-las às determinações socioeconômicas; 3) intervenção situada além da mera abolição [descriminalização e legalização]; 4) discussão diferenciada da prostituição adulta e infanto-juvenil e 5) exploração sexual comercial (Cf. SOARES DO BEM, 2009, p. 10).

Outro fator que bloqueia a construção de políticas de turismo de maior amplitude social é o caráter igualmente técnico e economicista dos currículos de cursos que formam profissionais que atuarão nesse segmento, fato que insere a problemática num grande círculo vicioso. Deve-se ressaltar que, desde a fundação das instituições acadêmicas pioneiras no ensino do turismo no Brasil, no início dos anos 1970, há a predominância desse caráter tecnicista e economicista, resultante principalmente do papel insignificante atribuído às disciplinas curriculares reflexivas, no sentido de fomentar uma visão holística e sistêmica da atividade, de modo a fomentar um modelo turismo com um enfoque voltado para além das meras demandas do mercado e dos resultados da balança comercial (SOARES DO BEM, 2005). Atualmente esse modelo continua a ser desenvolvido na região Nordeste, e permanece o baixo interesse pela história, cultura e meio ambiente, da mesma forma que as questões sociais não são priorizadas, pois as disciplinas deixam de valorizar a dimensão humana. Ao abordar sobre a importância de um planejamento embasado

numa visão holística e sistêmica da atividade turística, Soares do Bem observa que a visão tecnocentrada dos planejadores não consegue dar conta de captar os fatores que promovem o turismo sexual, embora este se utilize, ironicamente, da mesma infraestrutura por eles construída:

O melhor exemplo é o próprio turismo sexual, que não sendo objeto do planejamento, e, portanto, não devendo estar inscrito no espaço sociocultural como prática, foge completamente à gestão tecnocentrada dos planejadores. Por esta razão, o planejamento turístico contribui também, embora silenciosamente, para que o turismo sexual se reproduza e se utilize ironicamente da mesma infraestrutura (SOARES DO BEM, 2005, p. 96-97).

Logo abaixo, veremos algumas definições conceituais de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes que sofrem várias formas de violações de seus direitos, dentre eles a violência sexual, que pode ser caracterizada de duas formas: pelo abuso sexual ou pela exploração sexual.

- **Abuso Sexual** – utiliza-se da sexualidade de crianças e adolescentes para a prática de qualquer ato de natureza sexual. Essa violência pode se manifestar dentro de casa envolvendo parentes ou pessoas do seu convívio, ou também fora do ambiente doméstico.

- **Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil** utiliza-se da criança e adolescente para fins sexuais mediadas por lucro. A exploração sexual pode ocorrer de quatro formas: prostituição, pornografia, redes de tráfico, turismo sexual. No contexto da prostituição (que nesse caso as crianças e adolescentes são prostituídas), onde a exploração sexual remete-se a comercialização geralmente envolvendo rede de aliciadores, agenciadores, facilitadores e demais pessoas que se beneficiam financeiramente da exploração sexual; na pornografia, trata-se da produção, reprodução, venda, exposição, distribuição, comercialização, aquisição, posse, publicação ou divulgação de materiais pornográficos (fotografia, vídeo, filme) envolvendo crianças e adolescentes; nas redes de tráfico, para fins de exploração sexual, caracteriza-se pela facilitação da entrada e saída ou deslocamento no território nacional de crianças e adolescentes com objetivo de serem prostituídas; turismo sexual é a exploração sexual de crianças e adolescentes por visitantes de países estrangeiros ou turistas do próprio país normalmente com o envolvimento, cumplicidade ou omissão de estabelecimento comerciais de diversos tipos.

3.4 Dados de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil, Maceió e Regiões Metropolitanas

Tatiana Amaral e Marco Aurélio Ávila, (2010) em seu artigo intitulado “Turismo sexual e exploração sexual infantil” afirmam que o modelo de modernização excludente, a falta de planejamento, o modo de ocupação do espaço e a especulação imobiliária têm dificultado a vida de muitas pessoas, inclusive das que vivem em cidades turísticas. Muitas delas não encontram trabalho, o que é contraditório em cidades em pleno desenvolvimento turístico. Assim, as gerações mais novas, não encontrando espaço, acabam buscando alternativas para interagirem com as novas demandas socioeconômicas. Tatiana e Marco Aurélio em seus estudos empíricos e teóricos evidenciaram que o turismo sexual deve-se a fatores específicos do qual enumeram como: a falta de moradia, escolaridade, desemprego, exclusão social e outros. Acredita-se também que o sistema capitalista é um dos principais vilões, com a lógica baseada no lucro, provocam a exploração de camadas mais vulneráveis da sociedade principalmente em países de economias periféricas como é o caso do Brasil (p. 187).

Segundo publicação feita pela Agência Brasil em agosto de 2014, os números de denúncias envolvendo crianças e adolescentes aumentou 15,6% no período da Copa do Mundo. Os dados são do Disque 100 e foram divulgados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. No total foram 22.437 casos de violações. Os casos de negligência foram 7.810; violência psicológica 5.587; violência física 5.093; exploração sexual 2.972; e exploração de trabalho infantil 726. Segundo Angélica Goulart, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, o levantamento mostra que juntos, os 12 Estados sede da Copa do Mundo somaram 7.756 denúncias. São Paulo teve o maior volume de denúncias 1.762, o Rio de Janeiro aparece em segundo lugar, com 1.291, e a Bahia em terceiro, com 789 casos.

Tatiana Amaral e Marco Aurélio Ávila (2010) destacam que o problema do turismo sexual traz graves consequências como é o caso da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e o tráfico de mulheres, envolvendo nesse emaranhado uma rede facilitadora de intermediários como taxistas, donos de bares, hotéis, pousadas, dentre outros agentes sociais. Afirmam ainda que o “turismo sexual” é um problema complexo e deve ser encarado com bastante seriedade, pois o mesmo resulta no crescimento de uma das formas mais cruéis de exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes (p. 189). Aniele da Silva Marquez (2009), em sua dissertação intitulada “A

“invisibilidade” de Crianças e Adolescentes no Contexto do Turismo Sexual”, aponta que os dados do Disque 100 – serviço nacional de atendimento das notificações de violência contra a criança e o adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) – muitas são vezes são confusos e contraditórios, visto que não fazem uma diferenciação conceitual entre turismo sexual, exploração sexual comercial e tráfico de crianças e adolescentes – este último intimamente relacionado ao turismo sexual . Aniele afirma que o “turismo sexual” é visto como subcategoria da “exploração sexual comercial” e classificado como um tipo de violência praticada contra crianças e adolescentes. Desta forma, verifica-se que o termo específico do turismo sexual é colocado de forma opaca, ficando na “invisibilidade”. Ela destaca que o turismo sexual, em termos gerais, tem o menor número de denúncias mediante o conhecimento que se tem do problema (p.9 1-93). As tabelas abaixo apresentam dados coletados pela autora que confirmam essa constatação:

Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes - 100			
Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República			
UF Vítima	Período de maio de 2003 a 8 de fevereiro de 2009 Tipo de Exploração Sexual registrada		Registros de Violência nas Denúncias
AC	Exploração Sexual Comercial	Exploração Sexual com Intermediários	32
		Exploração Sexual sem Intermediários	45
		Prostituição	1
AL	Exploração Sexual Comercial	Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	3
		Exploração Sexual com Intermediários	130
		Exploração Sexual sem Intermediários	134
		Prostituição	10
AM	Exploração Sexual Comercial	Turismo Sexual	3
		Exploração Sexual com Intermediários	147
		Exploração Sexual sem Intermediários	150
		Prostituição	6
AP	Exploração Sexual Comercial	Turismo Sexual	1
		Exploração Sexual com Intermediários	6
		Exploração Sexual sem Intermediários	7
BA	Exploração Sexual Comercial	Prostituição	1
	Exploração Sexual Comercial	Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	6
		Exploração Sexual com Intermediários	872
CE	Exploração Sexual Comercial	Exploração Sexual sem Intermediários	935
		Prostituição	29
		Turismo Sexual	6
		Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	4
DF	Exploração Sexual Comercial	Exploração Sexual com Intermediários	540
		Exploração Sexual sem Intermediários	538
		Prostituição	59
		Turismo Sexual	18
ES	Exploração Sexual Comercial	Exploração Sexual com Intermediários	114
		Exploração Sexual sem Intermediários	106
		Prostituição	6
GO	Exploração Sexual Comercial	Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	3
		Exploração Sexual com Intermediários	174
		Exploração Sexual sem Intermediários	197
		Prostituição	15
MA	Exploração Sexual Comercial	Turismo Sexual	1
		Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	5
		Exploração Sexual com Intermediários	391
		Exploração Sexual sem Intermediários	339
MG	Exploração Sexual Comercial	Prostituição	19
		Turismo Sexual	1
		Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	6
		Exploração Sexual com Intermediários	392
MS	Exploração Sexual Comercial	Exploração Sexual sem Intermediários	277
		Prostituição	34
		Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	8
		Exploração Sexual com Intermediários	814
MT	Exploração Sexual Comercial	Exploração Sexual sem Intermediários	696
		Prostituição	55
		Turismo Sexual	7
		Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	3
PA	Exploração Sexual Comercial	Exploração Sexual com Intermediários	237
		Exploração Sexual sem Intermediários	191
		Prostituição	5
		Turismo Sexual	2
PR	Exploração Sexual Comercial	Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	2
		Exploração Sexual com Intermediários	220
		Exploração Sexual sem Intermediários	148
		Prostituição	5
RJ	Exploração Sexual Comercial	Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	3
		Exploração Sexual com Intermediários	470
		Exploração Sexual sem Intermediários	391
		Prostituição	15
RN	Exploração Sexual Comercial	Turismo Sexual	3
		Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	3

Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes - 100			
Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República			
UF Vítima	Período de maio de 2003 a 8 de fevereiro de 2009 Tipo de Exploração Sexual registrada		Registros de Violência nas Denúncias
PB	Exploração Sexual Comercial	Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	3
		Exploração Sexual com Intermediários	196
		Exploração Sexual sem Intermediários	145
		Prostituição	11
		Turismo Sexual	2
PE	Exploração Sexual Comercial	Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	5
		Exploração Sexual com Intermediários	534
		Exploração Sexual sem Intermediários	464
		Prostituição	32
		Turismo Sexual	6
PI	Exploração Sexual Comercial	Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	4
		Exploração Sexual com Intermediários	143
		Exploração Sexual sem Intermediários	104
		Prostituição	3
PR	Exploração Sexual Comercial	Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	7
		Exploração Sexual com Intermediários	614
		Exploração Sexual sem Intermediários	371
		Prostituição	27
RJ	Exploração Sexual Comercial	Turismo Sexual	1
		Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	11
		Exploração Sexual com Intermediários	694
		Exploração Sexual sem Intermediários	545
		Prostituição	41
RN	Exploração Sexual Comercial	Turismo Sexual	4
		Exploração Sexual com Intermediários	192
		Exploração Sexual sem Intermediários	163
		Prostituição	12
RO	Exploração Sexual Comercial	Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	1
		Exploração Sexual com Intermediários	73
		Exploração Sexual sem Intermediários	72
		Turismo Sexual	2
RR	Exploração Sexual Comercial	Exploração Sexual com Intermediários	16
		Exploração Sexual sem Intermediários	24
		Prostituição	5
RS	Exploração Sexual Comercial	Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	6
		Exploração Sexual com Intermediários	700
		Exploração Sexual sem Intermediários	426
		Prostituição	39
SC	Exploração Sexual Comercial	Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	3
		Exploração Sexual com Intermediários	226
		Exploração Sexual sem Intermediários	132
		Prostituição	1
SE	Exploração Sexual Comercial	Turismo Sexual	1
		Exploração Sexual com Intermediários	76
		Exploração Sexual sem Intermediários	64
		Prostituição	9
SP	Exploração Sexual Comercial	Turismo Sexual	1
		Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	7
		Exploração Sexual com Intermediários	831
		Exploração Sexual sem Intermediários	693
		Prostituição	16
TO	Exploração Sexual Comercial	Turismo Sexual	1
		Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	3
		Exploração Sexual com Intermediários	60
		Exploração Sexual sem Intermediários	50
		Prostituição	2

Fonte:

A cientista política Perla Ribeiro, que representa a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, criticou as redes de proteção e a falta de legado histórico para a defesa da criança e de adolescentes nas cidades sede. Segundo ela, a expectativa gerada era de que a Copa pudesse fortalecer o sistema de garantia de direitos, mas o que se fez foi montar atendimentos temporários que duraram enquanto durou a Copa, logo após, voltou-se à conhecida falta de estrutura, aos abrigos e conselhos que não dão conta de atenderem de modo adequado à crescente demanda.

Segundo matéria publicada pelo site Tudo na Hora, em novembro de 2014, foi feito um mapeamento pela Polícia Rodoviária Federal, em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e com o Ministério Público do Trabalho. É a 6ª edição de um projeto intitulado “Mapear”, visando detectar pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras. Em Alagoas foram encontrados nas rodovias federais 29 pontos entre os anos de 2013 e 2014. Entre os locais, oito são na BR 316, oito na BR 423, seis na BR 101, cinco na BR 104, e dois na BR 110.⁹

Os dados registrados pelo Disque 100 em Alagoas também chamaram a atenção do Ministério do Turismo, que em novembro de 2014 enviou seus técnicos para Maceió para mobilizar e conscientizar os gestores e empresários do ramo turístico acerca da importância de sua participação para denunciar e coibir crimes de exploração sexual. Matéria publicada na versão online do *Jornal Gazeta de Alagoas*¹⁰, de 7 de novembro de 2014, destaca a palestra do coordenador-geral de Proteção à Infância do ministério, Adelino Neto, na qual o mesmo aponta que os casos de exploração sexual, em sua grande maioria, são desenvolvidos dentro de bares, restaurantes e hotéis e que os números do Disque 100 podem ser ainda maiores, visto que, segundo o técnico, são poucas as pessoas que denunciam estes crimes. As próprias vítimas, frisa Adelino, não conseguem fazer estas denúncias por medo ou vergonha, daí a importância do engajamento dos adultos – em especial dos empresários do ramo – no combate a esta forma de exploração. Dados da

⁹ Disponível em< <http://tnh1.ne10.uol.com.br/noticia/policia/2014/11/25/312936/prf-mapeia-29-pontos-considerados-vulneraveis-a-exploracao-sexual-infantil>>. Acesso em: 15 de dez.2014.

¹⁰ Disponível em< <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=255187>>. Acesso em: 20 de dez.2014.

Secretaria de Estado da Mulher e da Cidadania e do Disque 100 mostram que o Estado, no período de janeiro a junho de 2014, havia registrado 51 denúncias de exploração sexual. Na ocasião, além de mobilizar os empresários a integrarem a rede de combate a este crime, Adelino distribuiu manuais sobre a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes; falou sobre o “Pronatec Turismo” e o “Vira Vida”, programas do Ministério voltados às vítimas de violência sexual e ressaltou a necessidade de se formar redes de multiplicadores destas ações em cada Estado.

Segundo dados informados pela Secretaria do Estado da Mulher de Alagoas, as denúncias de violência contra crianças e adolescentes em 2011 foram 82.117 no Brasil, e 1.962 casos em Alagoas. Já em 2012 os casos aumentaram em mais de 50%, com registros de 130.029 no Brasil e de 2.966 em Alagoas. Desses casos a violência sexual corresponde a 25% a 30% respectivamente em 2011 e 2012. A tabela abaixo apresenta a lista das cidades alagoanas que, no período entre 2012 a maio de 2013, registraram os maiores números de denúncias de casos de violência contra a criança e o adolescente. Entre as citadas, estão Maceió e municípios da região metropolitana (Marechal Deodoro, Pilar, Rio Largo) e Arapiraca.

Ano de 2012	Casos	Ano de 2013	Casos
Maceió	856	Maceió	215
Rio Largo	57	Rio Largo	20
Pilar	91	Pilar	18
Marechal Deodoro	52	Marechal Deodoro	16
Arapiraca	308	Arapiraca	104
São Miguel dos Campos	62	São Miguel dos Campos	29

Barra de Santo Antônio	30	Barra se Santo Antônio	9
Maragogi	28	Maragogi	11
Porto Calvo	26	Porto Calvo	13
Coruripe	61	Coruripe	20

Fonte: Disque 100/ Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos

Observando a tabela acima podemos constatar, que a mesma converge com os dados que informamos no capítulo II deste trabalho, A maioria dos municípios onde a violência contra crianças e adolescentes é mais crescente, inclusive a grande Maceió, participou de uma parceria junto ao Banco do Nordeste, tendo-se iniciado um processo envolvendo 16 polos turísticos na Região Nordeste tendo como objetivo o desenvolvimento da atividade turística. No Estado de Alagoas foram contemplados 11 municípios: e dentre eles estão na atualidade os que detêm grandes índices de violência contra menores, são eles, a grande Maceió, Barra de Santo Antônio, Maragogi, São Miguel dos Campos, Porto de Pedras, Japaratinga e Porto Calvo.

Como já mencionamos acima, fatores relacionados à exclusão social impostos também pela ordem competitiva extremamente seletiva, emergem como um dos principais vilões, que provocam a exploração de grupos em situação de vulnerabilidade social, principalmente em países de economias periféricas, como é o caso do Brasil.

Reportagem veiculada no portal *TNH1*¹¹ em julho de 2013 apresenta dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2013, que mostram Alagoas e Maceió como destaque negativo no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) do Brasil, obtendo a pior

¹¹ LE CAMPION, René. **Alagoas tem o pior índice de desenvolvimento humano do país, diz PNUD**. Portal TNH1, Maceió, 27 jul 2013. Disponível em < <http://tnh1.ne10.uol.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

colocação, no 27º lugar, com média de 0,631 do total de um ponto. Em relação ao número de pessoas vivendo na pobreza, o Estado de Alagoas detém o título de maior índice de pobres do país: 34,29% da população vivem em condições de pobreza. Em relação à extrema pobreza, os números são da ordem de 16,66%, ficando à frente apenas dos estados do Maranhão e Piauí. Os números relacionados à educação em Alagoas também são muito preocupantes, onde o Estado segundo a pesquisa é apontado com as piores taxas de analfabetismo do país.

3.5 O Plano Nacional do Turismo

O Plano Nacional de Turismo 2013-2016¹² vem a público em uma época em que o Brasil se confirma como anfitrião de três grandes eventos de porte internacional: a Copa das Confederações, em 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014 e as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. Esse Plano tem como objetivo fazer com que o país saia do posto de sexta maior economia turística mundial, ficando apenas atrás de China e Estados Unidos, dessa forma, pretende elevar o crescimento anual de mais de 8%, superando o crescimento do PIB nacional.

Para atingir tais objetivos, o Plano pretende aproveitar a infraestrutura, já existente, dos setores aeroportuários e de mobilidade urbana, assim como incluir conceitos que ocupavam posições periféricas na estratégia do turismo nacional, como é o caso da sustentabilidade. O PTN 2013-2016, que é o Programa de Regionalização do Turismo, pretende ampliar a participação dos estados e municípios em formular políticas de turismo visando a diagnosticar problemas envolvendo as regiões turísticas.

O Ministério do Turismo supõe que o mercado interno brasileiro tem plenas condições de alavancar o crescimento do setor, apostando no turismo como um dos elementos principais para a erradicação de um problema que é considerado a maior chaga nacional, que é a pobreza extrema. O Plano Nacional do Turismo foi construído de acordo com as orientações do governo federal e alinhado ao Plano Plurianual 2012/2015, que define as seguintes metas:

- contribuir para o desenvolvimento econômico, social e a erradicação da pobreza;

¹² BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_2013.pdf>. Acesso em: 03 mai.2015.

- Participação e diálogo com a sociedade;
- Geração e oportunidades de emprego e empreendedorismo;
- O incentivo a inovação e ao conhecimento;

• A regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento, que foi implementado em 2003, e tem permitido maior interlocução do Ministério do Turismo com as 27 unidades Federativas do país.

É importante frisar que o Plano Nacional do Turismo 2013 -2016 tem como base em suas diretrizes oferecer proteção ao meio ambiente, assim como, respeitar os costumes regionais, dessa forma, vindo a promover a inclusão social, e na distribuição de riquezas. A proposta insere-se como referência setorial do turismo para o desenvolvimento de políticas públicas, visando o desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo.

O Plano Nacional do Turismo tem como proposta um conjunto de ações estratégicas apoiadas diretamente pelo Ministério do Turismo, que tem como objetivo superar os desafios e atingir as metas estabelecidas podem destacar suas principais ações como:

• Combater a exploração de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo, tendo como finalidade da publicidade às informações de utilidade pública que visem à prevenção e ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo;

- Conhecer o turista, o mercado e o território;
- Desenvolver estudos e pesquisas sobre a atividade turística;
- Implementar plataforma interinstitucional de dados;
- Implementar sistemas de inteligência;
- Estruturar os destinos turísticos;
- Melhorar a infraestrutura turística;
- Cadastrar os prestadores de serviços turísticos;

- Fiscalizar os serviços turísticos;
- Capacitar e qualificar os profissionais e gestores do setor de turismo;
- Qualificação dos profissionais para a melhoria da qualidade dos serviços a serem ofertados aos turistas que visitarão os turistas nos megaeventos, dividindo-se em três linhas de ação: a) Pronatec Copa na empresa, instituindo os empresários e trabalhadores que atuem na cadeia produtiva da empresa; b) Pronatec copa, qualificar profissionais para suprir necessidades de mão de obra do setor turístico; c) Pronatec Copa Social, qualificar jovens em condições de vulnerabilidade e promover sua inserção no mercado do trabalho do turismo, em parceria com o Sesi, no âmbito do Projeto Vira Vida;
- Fomentar o turismo de base comunitária.

Observamos que o Plano Nacional do Turismo 2013-2016 tem como proposta a ampliação do monitoramento de suas ações por meio de sistemas de informações turísticas que permitem o acompanhamento dos resultados com eficiência e efetividade de sua políticas, também prioriza em suas ações o combate contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. Desta forma, visa acompanhar através de seus bancos de dados e indicadores, o movimento turístico tanto receptivo como emissor, as atividades turísticas e seus efeitos econômicos e sociais, indicadores estes previstos na Lei nº 11.771/08, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

Em detrimento dessas linhas gerais orientadoras, identificamos um grande descompasso entre as premissas implícitas no âmbito do Plano Nacional de Turismo e o Plano Estadual, que está sendo avaliado mais abaixo. Antes disso, porém, evidenciaremos como as questões preventivas são tratadas pelo Código Mundial de Ética no Turismo, que já se tornou um marco orientador no âmbito nacional, embora não tenha se efetivado no âmbito estadual e municipal envolvendo Alagoas e Maceió, fato que confirma, também aqui, os mesmos problemas levantados por Aniele da Silva Marquez em sua pesquisa sobre a invisibilidade de tais dinâmicas no Estado da Bahia e da cidade de Salvador, à qual já nos referimos acima.

3.6 Código Mundial de Ética do Turismo

O Código Mundial de Ética do Turismo¹³ foi elaborado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) com o objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável da atividade turística no âmbito mundial, assim como, garantir a preservação do meio ambiente, patrimônio cultural, garantindo benefícios para as comunidades locais. Tem como princípios firmados em as seguintes disposições:

- Artigo Primeiro, Contribuição do turismo para o entendimento e respeito mutuo entre homens e sociedade;
- Artigo Segundo, o turismo pensado como instrumento de desenvolvimento pessoal e coletivo;
- Artigo Terceiro, o turismo como fator de desenvolvimento sustentável;
- Artigo quarto, o turismo como fator de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade;
- Artigo Quinto, o turismo como atividade benéfica para os países e as comunidade de destino;
- Artigo Sexto, as obrigações dos agentes de turismo;
- Artigo Sétimo, direito ao turismo;
- Artigo oitavo, liberdade de deslocamento turístico;
- Artigo Nono, direito dos trabalhadores e dos empresários do setor turístico;
- Artigo Decimo, aplicação dos princípios do Código Ético Mundial para o Turismo.

Desta forma, o Código garante ao cidadão a liberdade de deslocamento turístico, promovendo o ordenamento turístico mundial e respeitando a sustentabilidade, beneficiando, assim, todos os setores da sociedade.

¹³ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. Código Mundial de Ética do Turismo. Out.1999. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/turismo-e-hotelaria/artigos/6239/codigo-mundial-de-etica-do-turismo#>>. Acesso em: 03.mai.2015.

3.7 O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Alagoas

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Alagoas¹⁴ apresentado pelo Governo Estadual no final de 2012 tem como objetivo desenvolver estratégias para desenvolvimento do turismo no Estado. Este plano será validado pelo Fórum Estadual do Turismo. O órgão responsável pela sua criação foi o Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH), tendo sido responsável pela sua coordenação a Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas (SETUR) e o Fórum Estadual de Turismo. Em linhas gerais, este documento servirá de base para a elaboração de projetos e captação de recursos no que diz respeito ao turismo no Estado de Alagoas. Oficialmente, o Plano foi apresentado no dia 11/12/2012, no Centro Cultural e de Exposição Ruth Cardoso, em Maceió, na presença de autoridades do governo representando as áreas turísticas do estado de Alagoas e o mesmo terá vigência no período situado entre 2013 e 2023.

Desde a sua criação, o Plano se propôs a dialogar com todos os agentes envolvidos, elaborando um planejamento participativo e assegurando a participação dos atores em todas as suas fases, a saber: análise situacional, planejamento e definição de propriedades, execução, acompanhamento e validação das ações, garantindo assim a representatividade social, o respeito, a expressão da diversidade local e a valorização da organização social. Por se tratar de um plano estratégico e que, portanto, leva à necessidade de optar entre alternativas, o Plano busca ações estratégicas que ofereçam maiores benefícios com menor custo, nos campos financeiro, econômico, social e ambiental.

O referido Plano está estruturado em oito capítulos, listados na seguinte ordem:

- **Contextualização**, que abarca a análise de condições e circunstâncias que favoreçam e justifiquem a necessidade de implementar o Plano;
- **Análise Situacional**, que envolve a análise macroambiental realizada a partir de informações de fontes secundárias relativas ao cenário turístico internacional e nacional, bem como informações de fontes como a Secretaria do Estado do Turismo de Alagoas – SETUR;
- **Marco Lógico do Plano**, que incorpora um conjunto de elementos inter-relacionados, que servirão de base para todas as ações do Plano;

¹⁴

Disponível em< <http://www.turismo.al.gov.br>>. Acesso em: 06 de abr.2013.

- **Programas Estratégicos**, envolvendo a municipalização e regionalização, a organização da oferta turística, a qualificação dos produtos turísticos, o meio ambiente, a certificação, o marketing e a comunicação;
- **Estado prognosticado sem Intervenção**, que objetiva traçar um cenário inercial na hipótese de que o Plano não seja implementado e, portanto não acontecer a intervenção planejada e, nesse caso, as atividades turísticas seguirem as tendências de uma projeção histórica sem mudanças estruturais;
- **Gestão de Implementação do Plano**, que envolve arranjo institucional e sistema de gestão, articulação e suporte à atividade turística, viabilidade do Plano e gestão do conhecimento;
- **Plano de Ação Imediata**, que considera um conjunto de ações e projetos a serem desenvolvidos nos primeiros meses da implantação do Plano;
- **Impacto do Plano**, que será medido com base em critérios de avaliação referentes ao objetivo geral de desenvolvimento do Plano (fim) e ao objetivo imediato específico do Plano (propósito), sendo estabelecidas as metas do impacto de execução esperado para o primeiro período de implantação (até 2016).

Pode-se afirmar que a decisão da SETUR-AL de elaborar o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Alagoas tem o propósito de fazer com que os atores ligados à atividade turística avancem a altos níveis organizacionais, considerando a importância e o potencial da atividade turística e a situação socioeconômica do Estado, bem como os grandes desafios para que o seguimento do turismo cresça e contribua para que ocorra efetivamente o intencionado desenvolvimento com inclusão social (PLANO ESTRATÉGICO, p. 8).

O Governo de Alagoas, para dinamizar com mais precisão as ações do Plano, inseriu-o dentro do programa “Alagoas tem Pressa”, projeto este coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplande) e que consiste em um conjunto de metas que todos os órgãos e secretarias de Estado devem empreender. O objetivo dessa parceria é melhorar os indicadores sociais do Estado, promovendo a inclusão social de pessoas que vivem na pobreza extrema.

Em análise das informações turísticas do Estado de Alagoas em relação ao capital humano, foram detectados vários problemas, como a ausência de políticas públicas capazes de melhorar a situação socioeconômica, levando o Estado a possuir o menor Índice de Desenvolvimento Humano

– IDH do Brasil (0,677) e a maior taxa de analfabetismo do país, de 24,6%. Foi constatado que 1/3 da população se encontra em situação de extrema pobreza.

Em particular, nas regiões turísticas foram citadas ameaças e dificuldades, cuja persistência poderá comprometer os processos e resultados esperados com a implantação do Plano como, por exemplo: 1) Insegurança pública e violência; 2) Falta de saneamento e poluição; 3) Relações políticas complexas; 4) Uso e comercialização de entorpecentes; 5) Destruição das matas e mangues; 6) Assoreamento dos rios e lagunas; e 7) Malha aérea insuficiente.

Todos os fatores citados acima colocam segmentos sociais pouco integrados social e economicamente em situação de grande vulnerabilidade social, o que pode favorecer a expansão do turismo sexual e da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Estado. De acordo com Dos Santos, Ippolito e Neumann (2004), muitas crianças e adolescentes foragidos de casa, que vivem nas ruas, mantêm relações sexuais com adultos em troca de comida, de uma noite de sono em um hotel, ou para adquirir sua cota de drogas, caso sejam dependentes. Crianças e adolescentes de ambos os sexos se engajam no trabalho sexual e fazem dele a sua principal estratégia de sobrevivência (p. 90).

É importante ressaltar que a vulnerabilidade social mobiliza também agentes intermediários, pessoas conhecidas como rufiões, cafetões e cafetinas, que se aproveitam da oportunidade para conduzir os adolescentes a bordeis, a serviços de acompanhamentos e atividades sexuais em clubes. Conforme Dos Santos, Ippolito e Neumann (2003), o turismo sexual orientado para a exploração sexual, caracteriza-se pela organização de “excursões” turísticas, com fins não declarados de proporcionar prazer sexual para turistas estrangeiros ou de outras regiões do país, por outro lado, pelo agenciamento de crianças e adolescentes para a oferta de serviços sexuais. Já no final da década 80 e na década de 1990 o turismo se tornou bem articulado tendo como destaque os Estados da região Nordeste. Segundo informações dos autores acima citados, houve investigações onde foram constatadas que certas agências de turismo, com a cobertura de parte da Polícia (sua parte corrupta) facilitaram o aliciamento de meninas para trabalharem no mercado do sexo (p. 91).

No decorrer de sua apresentação, o plano do Governo de Alagoas demonstra preocupação com questões relativas à melhoria da gestão da atividade turística, fortalecimento da competitividade do Estado – e da capital Maceió – em relação a outros concorrentes nordestinos, diversificação da oferta turística, necessidade de investimentos em infraestrutura (saneamento, malhas aérea e rodoviária), qualificação da mão-de-obra, violência e tráfico de drogas, mas, em

nenhum momento mostra-se preparado para enfrentar o problema do turismo sexual e da exploração de menores. Órgãos que atuam no combate dessas práticas, a exemplo do Ministério Público, Conselhos Tutelares e órgãos de segurança pública, sequer aparecem citados entre os parceiros da SETUR para a execução do plano.

Os responsáveis pela elaboração do plano, por outro lado, demonstram a preocupação em desenvolver um turismo sustentável, com a inclusão socioeconômica dos pequenos empreendedores na atividade turística e com a preservação e valorização da cultura das comunidades localizadas ao redor dos destinos turísticos.

Apesar do exposto, ao discutir um projeto para a organização comunitária e produção associada para o turismo sustentável, o Governo do Estado reconhece os efeitos negativos que a prática desorganizada do turismo pode causar à população local, mas, ainda assim ignora o problema do turismo sexual, como se evidencia no trecho a seguir:

A atividade turística tem gerado impactos nas localidades onde é praticada e com isso se tem buscado alternativas para minimizar esses impactos negativos, sendo uma delas a prática responsável do turismo, buscando a promoção do desenvolvimento sustentável [...]. O desenvolvimento do turismo de forma sustentável é o novo paradigma, encarado como um desafio por especialistas na área, pois o crescimento descontrolado (muitas vezes visto como desenvolvimento de um destino turístico) pode levar ao esgotamento dos recursos naturais, assim como à descaracterização cultural e ao desequilíbrio social (PLANO ESTRATÉGICO, p. 111).

Para a concretização do modelo de “turismo sustentável” proposto, o Plano aponta a execução de algumas ações consideradas estratégicas, a exemplo da sensibilização e conscientização da comunidade local para a atividade turística em geral, da realização de campanhas de sensibilização para a cultura empreendedora e identificação e formação de empreendedores locais para a inserção na cadeia produtiva do turismo, do resgate e valorização da cultura local para a elevação da autoestima da comunidade, da disseminação dos princípios básicos da educação ambiental na vida comunitária e na produção associada e o estímulo ao aprendizado de línguas estrangeiras (p.112).

Percebe-se que, neste planejamento, a questão social é vista de duas formas: a necessidade de se investir mais em educação e qualificação, de forma a gerar uma mão de obra qualificada para

receber bem o turista e de preparar os pequenos empreendedores para que sejam figuras ativas dentro da atividade turística, promovendo a inclusão social por meio da diversificação da economia local e geração de emprego e renda. No entanto, mesmo quando demonstra preocupação em relação ao tráfico de drogas e violência, o Plano ignora a questão do turismo sexual e da exploração de menores e não apresenta nenhuma proposta para combater, evitar ou minimizar este problema.

Segundo indicadores da SETUR em 2011, Alagoas recebeu um fluxo total 2.401.608 visitantes, apresentando um aumento de 41%, quando comparado ao fluxo registrado no ano de 2002 (fonte: Indicadores do Turismo 2002 a 2011. A capital Maceió recebeu mais de 60% deste total de visitantes (cerca de 1,5 milhões). Enquanto que Diante do crescimento da demanda turística, do crescente processo de modernização por que passa o Estado e da situação preocupante relacionada aos indicadores de crescimento da violência no Estado de Alagoas e da ausência de concepções e estratégias para o desenvolvimento de políticas estruturantes para os segmentos vulneráveis da população do Estado e da capital Maceió, temos razões de sobra para temer também o crescimento dos indicadores relacionados à exploração sexual de crianças e adolescentes, já que estes constituem, na história do país, um grupo marginalizado pelo silêncio institucional desde a sua fundação, no século XVI (p. 33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se depreende da análise empreendida ao longo dos capítulos desta pesquisa, a modernização macroestrutural e a modernização setorial no campo da atividade turística produzem efeitos, embora não lineares, dinamizadores sobre o fenômeno do turismo sexual, efeitos esses que podem favorecer o crescimento desse fenômeno. Foram aqui explicitadas as características da modernização estrutural e setorial e os mecanismos de reprodução da desigualdade, que atinge preponderantemente grupos historicamente identificados como sendo os grupos vulneráveis na sociedade brasileira.

O processo de exploração sexual de crianças e adolescentes, apesar de estar presente em todo o mundo, têm no Brasil causas que remontam ao início de sua colonização, que transformou o país numa sociedade excludente, na qual a distribuição de bens, o acesso à educação à saúde e ao capital cultural sempre estiveram concentrados nas mãos de uma minoria, enquanto uma parcela considerável da população submete-se a subempregos e outras formas de ocupação destinadas aos marginalizados e excluídos do processo de modernização.

Reforçando esse argumento, Irene Rizzini em sua obra intitulada “O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil” (2008), demonstra a construção histórica de políticas públicas voltadas ao atendimento à criança e ao adolescente no Brasil colônia, no século XIX (1830) e no século XX (no período republicano), quando foi promulgado o Código de Menores, em 1927. Ela salienta que houve grandes mudanças na ruptura do “velho” mundo rural para o “novo” mundo urbano, decorrentes de políticas voltadas à formação do Estado Liberal. A proposta era a criação de uma “nova nação”, de um “novo povo”, com características europeias: um povo forte, alto, claro, educado e moderno, bem diferente do povo típico do “velho” mundo colonial, tido como feio, escuro, raquítico, bárbaro e atrasado. A intenção desse novo projeto político elaborado para o Brasil era promover a nação brasileira ao status de um país europeu (p. 12-15).

Desta forma, Irene Rizzini (2008) afirma que os problemas relacionados à criança e ao adolescente no Brasil têm suas raízes intimamente ligadas ao início da colonização até a criação de uma legislação específica, o Código de Menores, promulgado em 1927. Para a autora, esse Código era ambíguo: ora afirmava que crianças devem ser protegidas, ora que deviam ser contidas, ou seja,

ora estavam em perigo, ora eram tratadas como perigosas, daí decorrendo que aquelas que eram consideradas “perigosas” eram justamente as crianças oriundas das classes populares (pobres). A autora salienta que o discurso de muitos de nossos reformadores, ao invés de dinamizar e ampliar a cidadania serviu apenas para criar barreiras. No discurso que afirmava que a criança deveria ser educada visando o futuro da nação, revela-se que em se tratando da infância pobre, educar tinha por objetivo moldá-la à submissão, com o objetivo de manter a massa populacional nos modos operantes dos velhos tempos, mas sob novos moldes, para atender as crescentes demandas da emergente produção industrial. (p.26-30).

Se o Código de Menores, de 1927, associava a situação de pobreza ao estigma da periculosidade, relegava, ao mesmo tempo, as crianças pobres aos cuidados do Juizado de Menores, enquanto as crianças tidas como “normais” (entenda-se: as das camadas média e alta) eram objeto da atenção das Varas da Família, carregando a própria caracterização de crianças “menores” uma carga semântica que as transformava em meros objetos de um conjunto práticas emanadas de inúmeras instituições que foram criadas supostamente para protegê-las nas décadas seguintes, como salienta GOHN (1997, p. 115). Entre essas instituições sejam citadas: o Serviço de Assistência ao Menor, criado em 1940; a Legião Brasileira de Assistência – LBA, criada em 1942; a atuação, a partir de 1948, da UNICEF, que assumiu a partir de então, a posição de defesa dos direitos das crianças; a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, em 1964, cuja função era formular e implantar a política nacional para “menores”, com base na ideologia da segurança nacional; a FUNABEM estimulou, a partir da década de 1970, a criação da FEBEM, que dividia os “menores” em abandonados, carentes e infratores e os tratava a partir da perspectiva da padronização e da domesticação (Idem, p. 115-117).

Foi, no entanto, somente nos anos 1990, que foi criado, através da Lei 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que significou, como salienta Soares do Bem (2015, p. 240-257) “[...] um salto gigantesco do Brasil na definição de novos paradigmas legais para o atendimento, a promoção e a defesa de crianças e adolescentes, numa superação de ‘quase 500 anos de descaso e irresponsabilidade’ diante desse segmento populacional”. O autor salienta que foi, a partir de então, que, “várias organizações governamentais e não governamentais em todos os níveis e instâncias do espaço nacional mobilizaram-se para construir, a partir do novo marco legal, os mecanismos para garantir finalmente a proteção integral à criança e ao adolescente” (Idem, Ibidem).

Apesar de todos os avanços normativos inquestionavelmente fundamentais para a proteção à criança e ao adolescente, a análise documental do Plano Nacional de Turismo, do Plano Estratégico

de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Alagoas e do Código Mundial de Ética no Turismo, demonstrou, no âmbito estadual e municipal, ainda a preexistência de um silêncio institucional sobre prováveis consequências desestruturantes da modernização turística para grupos historicamente excluídos, que são ignorados em suas necessidades e carências estruturais. Se os indicadores sobre o crescimento geral da violência e sobre a violência que vitima crianças e adolescentes já são perturbadores, então temos razões de sobra para temer os avanços da crescente modernização, pois onde faltam políticas públicas estruturantes as leis *espontâneas* do mercado tendem a tomar as rédeas do desenvolvimento.

As autoridades políticas, os aparelhos de Estado – polícia, Poder Judiciário, Secretarias de Estado – e as lideranças intelectuais, bem como a sociedade civil organizada, devem se preparar para lidar com esse problema não só por meio de aparatos de repressão e punição, mas também de parcerias e mobilizações capazes de dar visibilidade à importância da priorização da criação de mecanismos para conter o desenvolvimento, em nome do progresso, de práticas contrárias à dignidade humana, num contexto em que a sustentabilidade tem sido apregoada como uma fórmula eficiente para inserir o país e o Estado de Alagoas no cenário competitivo da demanda turística.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina**: desafios para políticas públicas – Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- ALAGOAS – “Conselho da Criança e do Adolescente” endereço eletrônico: *disquedenuncia@sedh.gov.br*. *Dados de Denúncias por ano. Período: Maio de 2003 a abril de 2010. De maio de 2003 a abril de 2010.*
- ALAGOAS. Governo de. **Trabalhos e Realizações- Alagoas Agora e Para o Futuro 2007-2014**: Como o Governo Teotônio Vilela Filho Transformou a Realidade Alagoana. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2014. 150p.
- ALMEIDA, MARIA DA GRAÇA BLAYA. **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- ANUÁRIO EXAME INFRAESTRUTURA 2009-2010. São Paulo: Editora Abril, Dezembro/2009.
- BOSI, A. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992.
- BRASIL. Decreto n.5017, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/decreto/d5017.htm>. Acesso em 20 de fev.2015
- BRASIL JÚNIOR, A. A reinvenção da sociologia da modernização: Luiz Costa Pinto e Florestan Fernandes (1950-1970). In: **Trab. Educ. Saúde**, v. 11, n.1, Rio de Janeiro, 2013, p. 229-249.
- BUCCI, M. D. (2006). **Políticas públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva.
- CABRAL, L. A. P. **Plano de Desenvolvimento de Alagoas 1960-2000**. Maceió: Edufal; SEPLAL-AL; Fundação Manoel Lisboa, 2005.
- CARVALHO, C. P. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió: Grafitex, 1982.
- CARVALHO, J. J. **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior**. São Paulo: Attar editorial, 2006.
- CENTRO DE EXCELÊNCIA DO TURISMO. “Exploração sexual não é modalidade de turismo”. Disponível em www.jornaldedebates.ig.com.br/index. Acesso EM 02. nov. 2012.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. **Breve história do turismo e da hotelaria. Rio de Janeiro**: Confederação Nacional do Comércio, Conselho de Turismo,2005.38p. Disponível em <http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/livros/breve-historia-do-turismo-e-da-hotelaria>. Acesso em 07 de fevereiro de 2013.

DA VIDA, Grupo. Prostitutas, “trancafiadas” e pânico morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o tráfico de seres humanos. **Cadernos Pagu**, Campinas, p.153-182, julho/dezembro de 2005.

DOMINGUES, José Mauricio. **Modernidade, tradição e reflexividade no Brasil contemporâneo**. Tempo Social, revista de sociologia, USP, São Paulo, 1998.

DOMINGUES, José Mauricio. **Sociologia e Modernidade: para entender a sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro, civilização brasileira, 2005.

DOS SANTOS, B. R. Ipollito, R., E Neumann, R. (2004). **Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos

DOS SANTOS, B. R. (2007). **O enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil: uma análise de situação**. Goiânia: Canône Editorial.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FAORO, Raymundo. A Questão Nacional: A Modernização. **Estudos avançados**, v. 6, n. 14, 1992. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/9563/11132>>. Acesso em: 09 mar. 2013.

FALEIROS, E. T. S. (2000). **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Thesaurus.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

FELIZARDO D. MARINHO, A. **Turismo Sexual: (Des) construção das Noções de Exploração e Paradoxo do Intercambio Econômico, efetivo e sexual**. In: Latitude, v. 1: Revista do Programa de Mestrado em Sociologia/Instituto de Ciências Sociais/UFAL: Maceió, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classe**. 3 Ed – São Paulo: Ática, 1978

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

GIDDENS, Anthony. **A estrutura de classes das sociedades avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

GOHN, M. G. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

GOVERNO FEDERAL. Programa de Aceleração do crescimento (PAC) <http://www.brasil.gov.br/pac/>. Acesso em 01. Fev. 2010.

GRUPO DA VIDA. **Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes**. Junho, 2005.

HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais** – Introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber. 3º ed. revista – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

INSTITUTO SANGARI. **O Mapa da Violência 2012**. Disponível em www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em 27. nov. 2012.

LEAL, Maria Lúcia Pinto e LEAL, Maria de Fátima. **Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial**: um fenômeno transacional. 2001. P. 86.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas 2002.

OURIQUES apud SILVA, Tatiana Amaral e ÁVILA, Marco Aurélio. **Turismo Sexual e Exploração Sexual Infantil**: Uma análise da atuação do programa sentinela em Ilhéus. PASOS. Revista de Turismo e Patrimônio Cultural, 2010.

KALBERG, Stephen. **Max Weber: uma introdução**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2010.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. 4ª reimpressão. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PISCITELLI, A.G. Mercado do Sexo. In: PISCITELLI, A. G. & GREGORI, M. F. (Orgs.). In: **Revista de Estudo de Gênero – Cadernos Pagu**. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. Campinas: Unicamp, v.1, n. 25, p. 253, 2005.

PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. In: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/criancas-e-adolescentes/publicacoes-2013/pdfs/plano-nacional-de-enfrentamento-da-violencia-sexual-contra-crianca-e-adolescentes>, acesso em 09 de Abril de 2015.

PORTELA DE MORAIS, L. S.& SOARES DO BEM, Arim. **A internacionalização do turismo em economias periféricas**: um estudo sobre os impactos sociais, culturais, ambientais e jurídicos sobre as comunidades receptoras no Nordeste e no Estado de Alagoas. PIBIC/2008. Maceió: UFAL, 2009.

PRADO JUNIOR, C. **Evolução política do Brasil**. Ensaio de interpretação dialética da história brasileira. 2ª. Edição. São Paulo: Editora Brasiliense Ltda., 1947.

PISCITELLI, A.G. Mercado do Sexo. In: PISCITELLI, A. G. & GREGORI, M. F. (Orgs.). **Revista de Estudo de Gênero – Cadernos Pagu**. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. Campinas: Unicamp, v.1, n.25, p.253, 2005.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido**: Raízes Históricas das políticas pública para infância no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez 2008.

SANTOS, B. R. dos; IPPOLITO, R. A. **Guia Escolar**: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: MEC, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE ALAGOAS. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Alagoas**. Disponível em< <http://www.turismo.al.gov.br>>. Acesso em: 06 de mar.2013.

SILVA SOUZA, J. J. **Um estudo sobre diferenciações conceituais e metodológicas entre Turismo Sexual e Prostituição**. Relatório Final PIBIC 2009-2010. Manuscrito. Maceió: UFAL, 2010.

SIMONE, Simone Rocha da Rocha Pires. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. Pelotas, 2011.

SILVA, Tatiana Amaral e ÁVILA, Marco Aurélio. **Turismo Sexual e Exploração Sexual Infantil**: Uma análise da atuação do programa sentinela em Ilhéus. PASOS. Revista de Turismo e Patrimônio Cultural, 2010.

SILVA, Rogério Araújo da. **Prostituição: artes e manhas do ofício**. Goiânia:Universidade Católica de Goiás, Editora Cãnone, 2006.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**. Para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Ed. UFMG e Iuperj, 2003.

SOUZA, J. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: UNB, 2000.

SOUZA, J. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOARES DO BEM, A. **Turismo sexual no Brasil: gênese, institucionalização e dilemas**. In: PANOSSO NETO, A.; ANSARAH, M. Produtos turísticos e novos segmentos de mercado: planejamento, criação e comercialização. Barueri (SP): Editora Manole, 2015, p. 240-257.

SOARES DO BEM, A.; PORTELA DE MORAIS, L. S. **As inovações nos campos da administração e da sociologia**: em busca de novos paradigmas para o desenvolvimento do turismo. In: Revista Iberoamericana de Turismo, Vol. 3, Nr. 1, Penedo, 2013, p. 86-112.

SOARES DO BEM, A. **Autoritarismo e Democracia na Vida Político-Institucional Brasileira: Um Estudo Sobre Rupturas e Continuidades.** Projeto PIBIC 2010-2011. Manuscrito. Maceió: UFAL, 2010.

SOARES DO BEM, A. **Turismo sexual, prostituição e exploração sexual:** uma abordagem sociológica sobre diferenciações conceituais. In: PRIRILO RAMOS; I CERDAN (Orgs.). Turismo, políticas e desenvolvimento humano. Porto Alegre: Asterisco, 2010a, p. 165-180.

SOARES do BEM, A. **Turismo sexual, prostituição e exploração sexual:** uma abordagem sociológica sobre diferenciações conceituais e metodológicas. Projeto de pesquisa PIBIC 2009-2010. Manuscrito. Maceió: UFAL, 2009.

SOARES DO BEM, A.; PORTELA DE MORAIS, L. S. **Iniciativas de inovação no desenvolvimento do turismo em economias periféricas e no campo da educação.** PIBIC 2008-2009. Relatório Final. Manuscrito. Maceió: UFAL, 2009.

SOARES DO BEM, A. PORTELA DE MORAIS, L. S. **Um estudo sobre os impactos sociais, culturais e ambientais sobre as comunidades receptivas no Nordeste e no Estado de Alagoas.** PIBIC 2007-2008. Relatório Final. Manuscrito. Maceió: UFAL, 2008.

SOARES DO BEM, A.; ESPÍRITO SANTO, A. C. L. **Um estudo sobre os impactos jurídicos sobre as comunidades receptivas no Nordeste e no Estado de Alagoas.** PIBIC 2008-2009. Relatório Final. Manuscrito. Maceió: UFAL, 2008.

SOARES DO BEM, A. **A dialética do turismo sexual.** Campinas: Papirus, 2005.

SOARES DO BEM, A.; PADILHA DE VASCONCELOS, B. H. **A internacionalização do turismo em Alagoas.** Relatório final PIBIC 2004-2005. I Seminário de Iniciação Científica da Faculdade de Alagoas – FAL. Anais.... Maceió: Faculdade de Alagoas – FAL, Julho de 2005.

SOARES DO BEM, A.; NUNES DA SILVA, E. **Educação e cultura:** alternativa para a comunidade de pescadores do bairro de Jaraguá. Relatório Final PIBIC 2004-2005. I Seminário de Iniciação Científica da Faculdade de Alagoas – FAL. Anais.... Maceió: FAL, 2005.

SOARES DO BEM, A.; SCHLEMPER, M. **Turismo sexual:** abordagem sociológica motivacional do consumidor e suas implicações legais. Relatório Final 2004-2005. I Seminário de Iniciação Científica da Faculdade de Alagoas – FAL. Anais... Maceió: FAL, 2005.

SOARES DO BEM, A.; FILHO, L. H. S. C. **Impactos sociais, culturais, ambientais e jurídicos do turismo.** Relatório Final Pibic 2005-2006. Maceió: FAL, 2006.

SOARES DO BEM, A. **As armadilhas do turismo com motivação sexual: em busca de uma interpretação multifatorial.** In: FELIZADRO, D.; CAMPOS, H. (Org.). Anais do I Congresso Nacional Técnico-Científico: Em busca de novos olhares sobre a exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes no Brasil. Natal: Casa Renascer, 2004, p. 126-138.

SOARES DO BEM, A. Globalisierung, Staat und Gender: Tourismus und Frauenhandel im Nordosten Brasiliens. In: Kramer, Helgard; Naegelé, Roger.. (Org.). Geschlechterarrangements in globaler und historischer Perspektive. 1 ed. Heidelberg: Mattes Verlag, 2003, v. 1, p. 245-254.

SOARES DO BEM, A. **Turismo sexual**: uma abordagem sobre o fenômeno na Ásia e no Brasil. In: Antígona Nr. 4. Maceió, 2001.

SOARES DO BEM, A. **Paradoxos da Diferença: etnicidade, inimificação e reconhecimento (Alemanha-Brasil)**. Editora Appris Ltda, Curitiba, 2013.

SOARES DO BEM, da Diferença A. **A Gestão da Interculturalidade como Agente Fundamental na Produção de Qualidade em Turismo e Hotelaria**. In: Cadernos de Administração Nr. 2. Maceió: FAL, 2001a, p. 19-43.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012. Crianças e Adolescentes no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO BRASIL, 2012.